



# Anais da Assembleia

Nº 030

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 08 DE ABRIL DE 1991

ANO XVII

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 22.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 1991.  
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Artagão Mattos Leão, Carlos Simões, Cleiton Kiesel, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida Cezar, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço. (43) Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Dobrandino da Silva, José Afonso Júnior, Luiz Antonio Setti, Nilton Barbosa, Nilton César Servo, Rafael Greca e Severino Félix (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O

SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 013/91

Curitiba, 08 de abril de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a

abertura de crédito suplementar à Secretaria de Estado da Educação, no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros), para atender despesas com construção, reconstrução, ampliação e reparos de escolas, aquisição de material de consumo e permanente e o transporte de alunos às escolas; repasse de recursos financeiros às escolas para a manutenção de suas atividades - meio; subvenções às entidades mantenedoras do ensino de educação especial.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de superávit financeiro da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação - Cota Estadual, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembleia Legislativa reitero a Vossas Excelências as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

## PROJETO DE LEI Nº 105/91

### Súmula:

Aprova crédito suplementar, alterando o vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Educação, em decorrência do superávit financeiro da fonte 16 - Cota Parte do Salário Educação - Cota Estadual.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, no valor de Cr\$ 2.167.451.000,00 (dois bilhões, cento e sessenta e sete milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil cruzeiros), para atender a programação da Secretaria de Estado da Educação visando dar continuidade as ações voltadas ao atendimento do Ensino de 1º grau no Estado, conforme Anexo I desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do superávit financeiro da fonte 16 Cota Parte do Salário Educação - Cota Estadual, apurado no Balanço Geral do Estado no exercício de 1990.

Art. 3º - Em decorrência do contido no artigo 1º desta lei, fica alterado o orça-

mento próprio da Fundação Educacional do Estado do Paraná, aprovado pela Lei Estadual n. 9.494, de 21 de dezembro de 1990, conforme Anexo II desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS:

Sob o n. 21/91, do Senhor Desembargador Luiz Renato Pedroso - Presidente do Tribunal de Justiça, encaminhando anteprojeto de lei, aprovado pelo Órgão Especial daquele Tribunal de Justiça em 22 de março do corrente, objetivando a criação de 03 (três) cargos de provimento em comissão de Assessor de Recursos no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada. Ao conhecimento da Casa.

Sob o n. DTL/SAT/111/91, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei n. 062/89: Do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a alienar, pela forma Jurídica adequada, e na forma que especifica, aos seus ocupantes, os lotes 1 a 7, resultantes da subdivisão do lote n. 162-A, da Colônia Zacarias de Goes, integrantes da Reserva de Santo Inácio, situada no município de Santo Inácio, o qual convertido em Lei tomou o n. 9.580. Anote-se - Arquive-se.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 641

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, destaque para a votação da proposição n. 026/91, veto do Senhor Governador ao Projeto de Lei n. 062/90.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 627

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, na condição de Líderes das Bancadas com assento nesta Casa, REQUEREM, após ouvido o Plenário, a apreciação em bloco das proposições n. 003, 016, 020 e 026/91, constantes da Ordem do Dia desta sessão, todas com pareceres favoráveis à apreciação pelo Plenário, ressalvados os eventuais pedidos de destaque.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(aa) ORLANDO PESSUTI - Líder do PMDB

ERONDY SILVÉRIO - Líder do PTB

ROSSONI - Líder do PRN

GERALDO CARTÁRIO - Líder PDT

ERNANI PUDELL - Líder do PT

COSTENARO NETO - Líder do PFL

REQUERIMENTO N° 607

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor Sebastião Gonçalves Gil, ocorrido no dia 02.04.91, no município de Andirá.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Sebastião Gonçalves Gil foi um dos primeiros moradores de Andirá. Chegou ao município, quando aquela região do Norte Pioneiro começava seu desbravamento. Tudo estava por fazer, mas com sua determinação, coragem e trabalho ajudou a construir a Andirá de hoje rica e próspera.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 635

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno deste Poder, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição em Ata da presente sessão, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora Laura Garrido Pereira, ocorrido no dia 06.04.91, no município de Ribeirão Claro.

Sala das Sessões em 08.04.91.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Laura Garrido Pereira foi esposa de José Alves Pereira e mãe de Mário Augusto Pereira, ambos ex-prefeitos do município de Ribeirão Claro.

De tradicional família daquela localidade, sempre esteve à frente das atividades assistenciais, levando o calor humano aos desassistidos da sorte, aos menores carentes e a população de baixa renda.

Sua ausência deixa um lacuna, muito grande, não só entre seus familiares, nas de toda comunidade de Ribeirão Claro.

Requer, outrossim, que da decisão deste Plenário se dê ciência à família enlutada.

REQUERIMENTO N° 636

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações ao Engenheiro Francisco Gomide, pela recondução à Presidência da COPEL.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

## JUSTIFICATIVA:

Profissional do maior gabarito, administrador sério e competente, o Engº Francisco Gomide é uma das pessoas no exercício de funções públicas que mais merece nosso respeito.

Nestes anos em que esteve à frente da Companhia Paranaense de Energia Elétrica, COPEL, demonstrou não apenas sua capacidade, mas ofereceu provas inequívocas de dedicação e probidade.

A sua recondução, por mais três anos, ao mesmo cargo, representa o reconhecimento desses predicados, ao qual o Poder Legislativo se associa através do presente requerimento.

Que do presente seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião, Governador do Estado.

## REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente.

O Deputado que este adiante firma, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a formulação e inserção em Ata de votos de congratulações à Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon - ACIMACAR - pelo 23º aniversário de fundação.

Requer, igualmente, do aprovado, comunicação ao ilustríssimo Senhor Vitor Giacobbo, Presidente em exercício da entidade.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ÉLIO RUSCH

## JUSTIFICATIVA:

Em 07 de abril de 1968, na cidade de Marechal Cândido Rondon, Paraná, um grupo de empresários sentindo a necessidade e conveniência da unidade da classe empresarial local fundaram a Associação Comercial e Industrial de Marechal Cândido Rondon.

Ao longo de mais de duas décadas de existência, essa entidade classista tem se projetado no contexto regional, estadual e nacional, amealhando conquistas e espaços importantes para o seu quadro associativo e a coletividade rondonense.

A ACIMACAR foi uma das primeiras associações comerciais e industriais a ter sede própria, foi pioneira na implantação da prestação de serviços informatizados e contar com serviço comunitário de telex e fac-símile, com os quais presta inmensuráveis serviços sociais à comunidade.

A Associação Comemorativa é considerada associação exemplo no Brasil pelo trabalho que desenvolve em benefício de seus associados, e em colaboração com órgãos públicos que constantemente solicitam os bons préstimos quanto a questões atinentes a classe empresarial.

Ainda, a Organização em referência é de utilidade pública pela Lei Municipal n. 481, de 13 de dezembro de 1968, e teve co-

mo primeiro presidente o Senhor Harry Pydd, e agora é presidida pelo engenheiro-civil e empresário Vitor Giacobbo.

## REQUERIMENTO Nº 631

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa, via telex, manifestando voto de congratulações e parabenizando a Sociedade Rural do Paraná, pela passagem de seu 45º aniversário e ainda pela realização da 31ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, que acontecerá no período de 05 a 14 de abril de 1991.

Requer, outrossim, que da decisão seja dada ciência ao Senhor Presidente da Sociedade Rural do Paraná, Luiz Meneghel Neto, e Diretoria.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) EMÍLIA BELINATI

## JUSTIFICATIVA:

A história da Sociedade Rural do Paraná é também um pouco a história de Londrina, e do Norte do Estado.

Em 25 de junho de 1946, quando Londrina tinha pouco mais de 12 anos de fundação, trinta e seis ruralistas fizeram uma Assembléia Geral para criar a Associação Rural e eleger sua primeira Diretoria.

O objetivo: reunir os pioneiros que se dedicavam à lavoura, à pecuária e às indústrias rurais, inclusive as extrativas, para defender interesses do setor.

Estes ruralistas tiveram um capítulo próprio na vida londrinense, contribuindo para o progresso e o desenvolvimento do Município.

Não é por outro motivo que a Sociedade Rural, ex-Associação, presta a todos eles, neste ano em que comemora seus 45 anos de fundação, uma homenagem especial, através da 31ª Exposição Agropecuária e Industrial de Londrina, 25ª de âmbito nacional, que realiza no "Parque Ney Braga".

A RURAL faz ainda uma homenagem ao café, chamado de "ouro verde", um símbolo da cidade, que cresceu embalada pela sua produção. Este marco da história, da civilização, da economia e da cultura de Londrina, lembrado especialmente na 31ª Exposição, é uma forma de reconhecer o trabalho de todos quanto, ilustres ou anônimos, se empenharam para tirar daquele generoso solo roxo toda pujança que ele contém.

Cumprimentamos a Sociedade Rural pelos seus 45 anos, e os londrinenses, que sabem fazer da exposição anual uma festa de grande sucesso.

## REQUERIMENTO Nº 632

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas prerrogativas regimentais, Requer o fornecimento das seguintes informações relacionadas ao Departamento Médico da Assembléia Legislativa:

1) - qual o custo, a data da aquisição e o fornecedor, acompanhado de certidão ou cópia reprográfica da respectiva nota fiscal e do processo licitatório, correspondente à aquisição do aparelho autoclave, destinado à esterilização de equipamentos cirúrgicos?

2) - qual o tipo de equipamento adquirido, sua capacidade de esterilização e capacidade de atendimento para nosocômios em número de leitos;

3) - o mencionado equipamento foi objeto de doação para alguma instituição, informando-se o beneficiário em caso positivo e, se ainda pertencer ao patrimônio da Assembléia Legislativa, quais os motivos da sua não instalação até o presente, informando se existe de parte da Mesa intenção em doá-lo e, neste caso, qual seria o critério a ser adotado?

4) - houve, para a compra do autoclave, alguma espécie de solicitação ou termo de recebimento de parte do Coordenador do Serviço Médico e Odontológica da Casa?

5) - qual o número de servidores lotados na Coordenadoria do Serviço Médico e Odontológico da Assembléia, constando nome, função e forma de ingresso na carreira.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ERNANI PUDELL

#### REQUERIMENTO N° 603

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER a construção de uma passarela sobre a PR-151 Km 150/151, ligando o Bairro de Bela Vista à cidade de Castro-PR.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dada ciência à Secretaria de Estado dos Transportes do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

A PR 151, como é do conhecimento geral, e uma rodovia de intenso tráfego de veículos, inclusive de veículos de grande porte, pelo que, nos trechos por onde ela passa perto das cidades, coloca em risco a integridade física dos habitantes destas localidades que margeiam a citada rodovia, mormente onde ela separa as cidades em duas partes.

É o caso dos habitantes do Bairro de Bela Vista, que está situado às margens da rodovia PR-151, nos Km 150/151, no Município de Castro, neste Estado.

Razão porque, a construção de uma pas-

sarela nos Km 150/151 da citada rodovia ligando a Bairro Bela Vista à cidade de Castro, viria facilitar e proteger a vida daqueles que, diariamente, necessitam atravessá-la, tais como operários, mulheres, crianças, alunos das escolas localizadas na região.

#### REQUERIMENTO N° 645

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Tasso da Silveira - Ensino de 1° Grau, em Cruzeiro do Oeste.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NELSON GARCIA

#### JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inóspitos e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

#### REQUERIMENTO N° 622

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Colégio Estadual Bragantina, em

Assis Chateaubriand.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inóspitos e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 626

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Levy G. Oliveira - Ensino de 1° Grau, em Iporã.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se consideramos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a

estiagem são fatores inóspitos e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 625

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Superintendente da FUNDEPAR - SEED, no sentido de que se digne a determinar o aumento da cota de merenda escolar ao estabelecimento de ensino Escola Estadual Benjamin Constant, em Icaraíma.

Do aprovado, requer envio aos Srs. Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

Se considerarmos que a escola pública, no interior e na periferia das grandes cidades, abriga, na maioria das vezes, crianças originárias de famílias carentes, até porque a cada dia que passa a nossa população vem empobrecendo mais e mais;

Se considerarmos que a crise recessiva que assola o País atingiu a todos sem exceção, mas principalmente o homem do campo;

Se considerarmos que intempéries como as enchentes das regiões ribeirinhas e a estiagem são fatores inóspitos e sem controle do pequeno e médio agricultor, prejudicando safras e causam grandes prejuízos;

Se considerarmos que um dos papéis equivocados da escola pública, assumida pela baixa remuneração das famílias, que é o de oferecer alimentação para seus alunos, tem sido um dos principais motivos para segurar a criança nos bancos escolares.

Por tudo isso, solicitamos o aumento substancial na cota de distribuição da merenda escolar nos estabelecimentos de ensino, como uma forma de amenizar esse grave problema social.

REQUERIMENTO N° 623

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a DD. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Creche Santa Terezinha de Ivaté, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência ao Sr. Presidente Humberto Aparecido Milane, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(aA) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama-Ivaté. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Santa Terezinha de Ivaté vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 624

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a DD. Superintendente da Legião Brasileira de Assistência - LBA, no Paraná, no sentido de que seja destinado auxílio financeiro, seja em espécie, seja na forma de alimentos não perecíveis, agasalhos, roupas, etc, para a Creche Recanto dos Pequenos, de Perobal, em Umuarama.

Do aprovado, requer ainda se dê ciência ao Sr. Presidente José Evangelista de Albuquerque, aos cuidados da Prefeitura Municipal de Umuarama.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(aA) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade em tela não tem fins lucrativos e presta auxílio social em todos os setores para as famílias carentes do município de Umuarama-Perobal. Esse auxílio visa amenizar as dificuldades que a Creche Recanto dos Pequenos, vem encontrando pois a sua manutenção depende da comunidade e do esforço e dedicação dos seus diretores.

Aproveitamos para registrar reconhecimento público do desempenho e carinho com que esses abnegados membros da Diretoria da Entidade têm desenvolvido em prol dos necessitados.

REQUERIMENTO N° 640

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo do Estado à Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, questionando pela implantação da rede de esgoto na localidade Vila São José - Riviera/Augusta, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Apesar de estar habitada há muito tempo por um número considerável de famílias, a região em questão ainda não conta com rede de esgoto.

Todos sabemos das dificuldades enfrentadas pela população com a ausência desse serviço, inclusive com reflexos na própria saúde.

Maiores detalhes poderão ser obtidos diretamente junto à Associação Comunitária Vila São José - Riviera/Augusta, no endereço constante do abaixo-assinado em anexo.

Que do presente seja dada ciência ao presidente da Associação Comunitária em questão.

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor do Departamento de Trânsito do Paraná, solicitando que reveja a determinação para licenciamento de veículos a diesel modificados para CABINE DUPLA no Paraná.

Sala das Sessões em 08.04.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

Existem, hoje, no Estado do Paraná, 16 indústrias que atuam no ramo de transformação de veículos modelo pick-up cabine simples para pick-up cabine dupla. São empresas solidamente estabelecidas em diversas regiões do território paranaense, as quais garantem emprego direto para mais de 600 pessoas e, por via indireta, para mais de 4.000 pessoas. Essas mesmas empresas contribuem continuamente com significativa importância para o volume da arrecadação tributária dos municípios onde estão localizadas, bem como do Estado e da União.

Conseqüentemente, são empresas com uma função social muito grande dentro do atual contexto da conjuntura econômica brasileira, em virtude da manutenção e da geração de empregos.

Com o disposto na Circular n° 08/91, de 28 de janeiro de 1991, do Diretor-Geral

do DETRAN/PR, que determina o não licenciamento para 1991 das pick-ups simples diesel modificadas para cabines duplas, está se gerando junto às indústrias do ramo, muita apreensão e intranquilidade, uma vez ficando mantido tal procedimento. Já que isso determina que essas indústrias diminuam o nível de suas atividades ou cerrem as portas, ou ainda, continuem mantendo o mesmo volume de produção e até aumentando, e de via, orientam os proprietários para efetuarem o licenciamento em outros Estados da Federação, já que o Paraná é o único Estado a adotar tal procedimento.

Qualquer opção que venha a ser tomada pelas indústrias de transformação de cabines, acarretará em sensíveis prejuízos sociais, uma vez, que um considerável contingente de pessoas poderá perder o seu emprego, no momento de vital importância e o Paraná significativa parcela tributária.

#### REQUERIMENTO N° 605

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador Roberto Requião, solicitando determinar, ao órgão competente, estudos em caráter de urgência, no sentido de promover reparação nas seguintes escolas, todas localizadas no Município de Rio Azul:

1. Escola Rural Estadual Sagrado Coração de Jesus, da localidade de Cortiço, Distrito de Porto Soares;
2. Escola Rural Estadual São Francisco, da localidade de Butiazal;
3. Escola Rural Estadual Francisco Soares, na localidade de Vila Nova;
4. Escola Rural Estadual Três de Maio, na localidade de Rio Azul dos Soares;
5. Escola Rural Estadual José Fortunato, na localidade de Envernada;
6. Escola Rural Estadual Getúlio Vargas, na localidade de Rio Azul de Cima;
7. Escola Rural Estadual Rui Barbosa, na localidade de Salto do Braço do Potin-ga;
8. Escola Rural Estadual Caramuru na localidade dos Amâncios.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

As escolas que enumeramos, todas localizadas no interior do município de Rio Azul, foram abandonadas completamente sem qualquer conservação para um mínimo possível e condizente para a freqüência dos alunos. É imprescindível para a boa formação da nossa juventude que sejam dadas condições para que neste contexto não fique à margem o segmento educacional, pois é aí que estamos forjando a nova cidade-

nia, os novos paranaenses que irão desempenhar o grande papel na renovação que almejamos em busca da consolidação do nosso Estado.

Para desenvolver a fé e a esperança dos moradores das localidades do interior do município de Rio Azul, pois, os jovens que freqüentam as referidas escolas vivem hoje, se não à beira da frustração, da desesperança, pelo menos na angustiante situação daqueles que não divisam expectativas estimulantes para seus sonhos e ideais de estudar.

A educação é elemento básico formador de uma nação e de um povo. O progresso e o desenvolvimento de uma região se inicia na base escolar, especialmente aqueles do meio rural, razão do pedido angustiante da população clamando pela melhoria das escolas que se encontram em precárias condições, para proporcionar ambiente mais adequado aos alunos que aí freqüentam.

#### REQUERIMENTO N° 638

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente oficial do Poder Legislativo à Companhia de Telecomunicações do Paraná - TELEPAR, gestionando pela instalação de um aparelho telefônico público na rua principal, n° 01, Jardim Monterrei, no Município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Segundo levantamento procedido por nossa assessoria, são inúmeros os moradores interessados na instalação do referido aparelho, sobretudo por serem provenientes de classe mais carente, sem qualquer possibilidade de aquisição de uma assinatura própria.

Usuários potenciais de tal serviço, esses moradores se vêem em situação de desespero quando necessitam recorrer a serviços como ambulância, corpo de bombeiros e rádio patrulha.

Por esta razão, confiamos nas providências a serem adotadas pela TELEPAR que, temos certeza, resultarão no atendimento ao solicitado.

Que do presente se dê ciência ao representante dos moradores interessados, Sr. Valderico Comparim da Lara, na rua Principal n° 01, Jardim Monterrei, no Município de Almirante Tamandaré.

#### REQUERIMENTO N° 639

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo à



Companhia Paranaense de Saneamento, solicitando a instalação de hidrômetros no Jardim Viviane, município de Almirante Tamandaré.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) ALGACI TÚLIO

**JUSTIFICATIVA:**

Através desta Casa, encaminhamos solicitação à SANEPAR, em outra oportunidade, para instalação de rede de abastecimento na localidade em questão.

A obra teve de ser incluída no PESR - Programa Estadual de Saneamento Rural e só depois de algum tempo, foi efetivada.

Entretanto, muito embora a SANEPAR já tenha realizado a quase totalidade das obras - as mais dispendiosas -, o serviço ainda não está sendo prestado à população.

Falta a instalação de hidrômetros e o abastecimento, propriamente dito, o que temos certeza que a SANEPAR encaminhará, com brevidade e a proverbial competência.

Que do presente seja dada ciência ao Sr. Antônio Oscar Simão (Rua 12, casa 25, Jardim Viviane, Almirante Tamandaré, Estrada do Cerne, Km 15).

**REQUERIMENTO N° 629**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, o encaminhamento de correspondência endereçada ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, objetivando a implantação de uma escola com tempo integral na municipalidade de IRATI.

Consubstanciado em um abaixo-assinado contendo mais de noventa assinaturas das lideranças da Vila São João, a criação e instalação de uma escola com tempo integral, é um desejo unânime das famílias daquele bairro, refletindo o interesse geral da população iratiense. Ademais, segundo o Presidente da Associação Comunitária da Vila São João, Senhor JAURI CONRADO, é inegável o alcance social da presente proposta, considerando o melhor aproveitamento do processo de ensino-aprendizagem, que não se limitar a mera rigidez curricular, mas vai se estender a atividades diversas, notadamente no âmbito do ofício e cultural.

Em face do exposto, espera-se a total acolhida por parte dessa Pasta para tal projeto, que se insere no plano governamental para a área da educação.

Sala das Sessões, em 08.04.91

(a) TOTI COLAÇO

**REQUERIMENTO N° 637**

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, o envio de

expediente oficial do Poder Legislativo, através de TELEX, à Fundação de Assistência ao Estudante - FAE, gerenciando pela liberação de recursos para compra de merenda escolar a ser distribuída aos estudantes matriculados na rede estadual de ensino do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.04.91

(a) ALGACI TÚLIO.

**JUSTIFICATIVA:**

Até a presente data, a FAE-PR não obteve a liberação de recursos financeiros para a aquisição da primeira parcela de gêneros alimentícios destinados ao Programa Estadual de Alimentação Escolar - PEAEE. Há especulação muito preocupante - de que mesmo ocorrendo a liberação até o próximo dia 15 de abril, os municípios receberão a segunda remessa de alimentos para merenda escolar com atraso, considerando os prazos de entrega, o controle de qualidade e o processamento de guias de transporte.

Lamentavelmente, convivemos numa realidade em que a alimentação escolar - embora não seja função latente da escola - exerce um peso preponderante no aproveitamento dos estudantes. Nas classes menos favorecidas, a alimentação fornecida pela escola é a principal fonte de nutrição.

A falta de merenda aponta, inclusive, para aumento nos índices de evasão escolar nas primeiras séries o que sabemos, é fatal para a vida educacional do indivíduo.

Assim, esperamos as providências da FAE visando a solução, o mais rápido possível dessa situação aflitiva.

**Projeto de Lei Complementar:**

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 107/91**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1° - É instituída a Região Metropolitana de Curitiba, constituída dos municípios de Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Piraquara, São José dos Pinhais, Rio Branco do Sul, Campina Grande do Sul, Quatro Barras, Mandirituba e Balsa Nova, visando integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Art. 2° - Para os efeitos desta lei complementar, são consideradas funções públicas de interesse comum aquelas que, direta ou indiretamente, tenham repercussão na qualidade de vida da população metropolitana, ou que, pela sua natureza ou escala, exijam atuação conjunta dos municípios metropolitanos na execução integral ou de etapas das obras ou serviços que lhes dizem respeito, especialmente quanto:

I - à ordenação do parcelamento uso e ocupação do solo;



II - ao transporte coletivo e ao sistema viário;

III - ao saneamento básico, inclusive destinação final do lixo domiciliar;

IV - à preservação ambiental, com ênfase na preservação e aproveitamento dos recursos hídricos.

Art. 3º - a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum, será coordenada por entidade autárquica de caráter plurigovernamental, vinculada ao Estado e aos municípios integrantes da Região Metropolitana, denominada Administração da Região Metropolitana de Curitiba - ADMEC.

Art. 4º - A estrutura da Administração da Região Metropolitana de Curitiba - ADMEC, compreende:

I - o Conselho de Administração, composto de 05 (cinco) membros de reconhecida capacidade técnica e administrativa, nomeados pelo Conselho Deliberativo, que designará seu Presidente;

II - o Conselho Deliberativo, composto pelos Prefeitos dos Municípios da Região Metropolitana, pelo Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, e de mais 02 (dois) membros indicados pelo Governador do Estado.

Art. 5º - Compete ao Conselho de Administração da ADMEC:

I - elaborar o Plano Diretor da Região Metropolitana, que conterá entre outras, diretrizes para a ordenação do parcelamento, uso e ocupação do solo e para a preservação ambiental, submetendo-o ao Conselho Deliberativo;

II - propor ao Conselho Deliberativo diretrizes a serem observadas relativamente à execução das obras a serviços públicos compreendidos nas funções de interesse comum;

III - acompanhar a execução das obras e prestação dos serviços a que alude o inciso anterior, dando ciência ao Conselho Deliberativo sobre possível desconformidade em relação às diretrizes aprovadas;

IV - dar cumprimento às solicitações feitas pelo Conselho Deliberativo sobre matéria de interesse metropolitano;

V - gerir o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, segundo normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo, e observado o disposto nesta lei, fiscalizando a correta aplicação dos recursos transferidos aos entes políticos participantes.

Art. 6º - Compete ao Conselho Deliberativo:

I - observado o disposto no art. 2º desta lei, estabelecer a forma de atuação integrada dos entes participantes da região metropolitana na execução das obras e na prestação dos serviços compreendidos nas funções públicas de interesse comum;

II - aprovar o Plano Diretor da Região Metropolitana e as diretrizes a que se refere o inciso II do artigo anterior;

III - estabelecer as regras de gestão do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana;

IV - decidir sobre a transferência de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana aos entes participantes, para a aplicação em projetos ou atividades que digam respeito ao interesse metropolitano;

V - solicitar ao Conselho de Administração estudos, pareceres ou projetos, sobre assuntos de interesse metropolitano;

VI - nomear os membros do Conselho de Administração e designar seu Presidente;

VII - aprovar o Estatuto da ADMEC;

VIII - aprovar seu Regimento Interno.

§ 1º - O conselho delibera por maioria absoluta, em forma de resolução.

§ 2º - A Presidência do Conselho será escolhida na forma do Regimento Interno, para mandato de 01 (um) ano, dentre seus membros.

Art. 7º - Incumbe ao Estado prover 50% (cinquenta por cento) das despesas para a manutenção da Administração Metropolitana de Curitiba, cabendo o restante aos municípios integrantes da Região, na proporção de suas receitas correntes, conforme dispuser o Estatuto da entidade.

§ 1º - O Quadro de Pessoal permanente da ADMEC será constituído de servidores estaduais e municipais colocados à sua disposição, na mesma proporção fixada no "caput" deste artigo, com a remuneração paga pela entidade de origem.

§ 2º - A remuneração do Presidente e dos membros do Conselho de Administração corresponderá, respectivamente, à de Secretário de Estado e à de Diretor Geral de Secretaria.

Art. 8º - fica criado o Fundo de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Curitiba, destinado a investimentos em projetos e custeio de atividades de interesse metropolitano.

§ 1º - Compõem o Fundo:

I - recursos provenientes da consignação de dotações no orçamento do Estado e dos Municípios integrantes da Região Metropolitana;

II - receitas provenientes de operações de crédito;

III - transferências da União e outras entidades públicas, vinculadas a projetos de interesse metropolitano;

IV - resultados de aplicações financeiras, na forma da legislação pertinente, relativamente aos seus recursos;

V - outros eventuais recursos.

§ 2º - Terão preferência na obtenção dos recursos do Fundo, projetos ou atividades em áreas de municípios que tiverem

sofrido diminuição ou perda de receita em decorrência das diretrizes do planejamento metropolitano.

§ 3º - A obtenção dos recursos à conta do Fundo está condicionada à adequação do município às diretrizes do Conselho Deliberativo da ADMEC, especialmente às contidas no Plano Diretor da Região Metropolitana.

§ 4º - Constituído o Fundo, ficam vedadas quaisquer transferências outras do Estado aos Municípios integrantes da Região Metropolitana, visando investimentos ou custeio de projetos e atividades consideradas de interesse metropolitano.

Art. 9º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a necessidade de solução dos problemas de saneamento básico, transportes, uso e ocupação do solo, preservação ambiental e habitação de cada município, passa nos dias de hoje pela união de esforços de cada qual, principalmente quando ocupam espaços vizinhos e tornaram-se interdependentes.

Estes problemas bem como outros advêm pela massa populacional concentrada e exige que as funções públicas de interesse comum, tenham tratamento diferenciado.

A falta de recursos devido o quadro econômico da Nação exige que haja união de propósitos principalmente entre a esfera municipal e estadual, visando racionalizar as ações intersetoriais.

Para o desenvolvimento de uma região e a garantia da qualidade de vida de todos os seus habitantes, há necessidade que os sacrifícios sejam distribuídos de forma harmônica entre todos, fazendo também com que cada um sinta-se como agente e beneficiário destas ações.

Ao sugerir esse projeto de lei complementar, de conformidade com o que estatui o artigo 21 da Constituição Estadual, instituindo a Região Metropolitana de Curitiba e dando outras providências, pretendemos dar condições da existência de mecanismo institucional capaz de fazer frente as questões de planejamento e gerenciamento metropolitano, de forma democrática e participativa, permitindo que todos (Municípios e Estado) possam tomar as decisões e implementar ações que visem atender aos interesses desta Comunidade.

Isto posto Senhor Presidente, Senhores Deputados, tendo em vista a importância e a relevância desse projeto de lei complementar, esperamos contar com a anuência dos nobres Pares desta Augusta Casa de Leis para a aprovação desse projeto.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 108/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao Senhor Manoel Alves, residente no município de Formosa do Oeste, Estado do Paraná, a Chácara n° 16, do Bairro de Chácaras, Gleba Rio Verde-2, localizado no município e Comarca de Formosa do Oeste, com 7,80 hectares de área, de propriedade do Estado do Paraná, conforme Registro n° 4.108, do Livro 3 II, do CRI de Cascavel e averbações n°s 3.752 e 3.755, ambas inscritas sob n° 8, do Livro 8 do Registro de Loteamento de Cascavel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NILTON BARBOSA

#### JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel foi havido pelo Estado do Paraná, através de Carta de Adjudicação extraída dos Autos de Arrolamento de Bens, n° 228/71, no qual constou como adjudicado do espólio de João Teodoro Batista.

Não obstante, todavia e considerável lapso de tempo decorrido desde então, o Estado não interferiu em momento algum com a posse mansa e tranqüila do Senhor Manoel Alves, o qual diga-se, muito antes do processo adjudicatório do Estado já exercia.

Cumprе ressaltar, ademais, que no exercício de sua posse o Senhor Manoel Alves, introduziu no imóvel inúmeras benfeitorias, tais como, casa, microbacia, iluminação elétrica, pocilgas currais, pomares etc, que corresponde a 100% delas, eis que ao tomar posse a área não possuía benfeitorias de qualquer espécie.

Além disso, tornou-a inteiramente produtiva, e paga todos os impostos há mais de 15 anos, direcionando-a ao cumprimento de suas finalidades sociais.

PROJETO DE LEI N° 109/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Cultural e Assistencial São Leopoldo, com sede e foro à Rua Nove, n° 273, Núcleo Habitacional Osvaldo Cruz I, Cidade Industrial, Curitiba, Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Cultural e Assistencial São Leopoldo, foi fundada no dia 07 de julho de 1986, em memorável reunião realizada na Capela São Leopoldo, sito à Rua Nove, 273, no conjunto Osvaldo Cruz I, Cidade Industrial, em Curitiba, e tem seus estatutos registrados sob n° 186, livro "A", no Cartório do 4° Ofício de Registro de Títulos e Documentos, Pessoas Jurídicas, desta Capital.

Desde a sua fundação até a data de hoje, a Associação São Leopoldo, sob a presidência do sempre dedicado Frei Miguel Bottacim, vem prestando relevantes serviços à sua comunidade, através o fornecimento de alimentos à creches, famílias carentes e outras entidades, conforme se vê pelos relatórios de atividades registrados em atas.

Diante do exposto, nada mais justo que a Associação São Leopoldo venha a ser reconhecida como sendo de utilidade pública, para cuja proposição contamos com o apoio do Douto Plenário.

PROJETO DE LEI N° 110/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - O Artigo 1° da Lei n° 7777, de 13 de dezembro de 1983, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1° - Os pensionistas do Instituto de Previdência do Estado perceberão, exclusivamente no mês de dezembro de cada ano, a título de décimo terceiro vencimento, um salário igual ao do último provento recebido, independentemente do valor da pensão".

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## JUSTIFICATIVA:

A Constituição Estadual, em seu artigo 34-IV, diz que é direito do servidor público o décimo-terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

Com o presente projeto de lei, pretendemos adequar a lei ordinária à Constituição Estadual, pois o art. 1° da Lei n° 7777, em sua redação original, assegura aos pensionistas do IPE uma gratificação natalina de apenas um (01) salário-mínimo, mesmo que a pensão percebida pelo inativo tenha sido superior, o que, evidentemente, fere o princípio de isonomia consagrado na Carta Magna Estadual.

A concessão do décimo-terceiro salário

aos pensionistas do IPE no mesmo valor de seu provento é, em última análise, um ato de justiça, motivo pelo qual estamos confiantes na sua integral aprovação por esse Douto Plenário.

É a justificativa.

PROJETO DE LEI N° 111/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a estadualizar a estrada intermunicipal Pitanga/Mato Rico/Roncador, com extensão de 75 quilômetros.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) RENATO ADUR

## JUSTIFICATIVA:

O município de Pitanga ocupa territorialmente uma das maiores áreas do Estado.

A sua economia, fortemente rural, torna o município contumaz das verbas públicas do Estado para prover o seu desenvolvimento.

A iniciativa é uma reivindicação das lideranças políticas e comunitárias, na expectativa de que o Estado possa-lhes oferecer melhores condições de trafegabilidade numa estrada que, a rigor, interliga três municípios, se considerarmos a recente emancipação política de Mato Rico, servindo uma região extremamente produtiva, que não possui outro meio de escoar as suas safras.

PROJETO DE LEI N° 112/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao patrimônio do Município de Xambrê a data n° 18 e 19, da quadra 24, daquele Município e Comarca, cujo terreno está lavrado às fls. 30, do Livro 73P, do 7° Tabelionato de Notas da Capital do Estado do Paraná e Escritura Pública de Doação Lavrada no Tabelionato de Xambrê, no Livro E/8, às fls. 107/109, em data de 03 de julho de 1970.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NILTON BARBOSA.

## JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a presente pretensão, tendo em vista que, conforme consta dos documentos acostados, o Município de Xambrê, procedeu à doação do referido terreno

ao Estado do Paraná, para que, incorporando-o ao seu patrimônio, pudesse nele construir edifício para abrigar a Delegacia local.

Tendo transcorrido, desde à data da efetivação do ato, mais de 19 anos sem que o Estado executasse a obra objeto da doação, a mesma perdeu sua finalidade.

Por outro lado, o Município necessita dispor da área para abrigar unidades administrativas, de forma a viabilizar a execução de projetos administrativos da administração atual.

Assim, torna-se imprescindível a reversão da doação ao Município, de molde a que as diretrizes administrativas daquele Executivo não venham a sofrer prejuízos irrecuperáveis.

PROJETO DE LEI N° 113/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos de Alto Piquiri.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) NILTON BARBOSA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se a pretensão, tendo em vista que a referida entidade presta inestimável serviço social à comunidade de Alto Piquiri, abrangendo seus distritos, e seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública, virá facilitar suas atividades, mormente no que tange à obtenção de recursos financeiros e materiais, junto à órgãos públicos e privados.

Além disso acosta documentação que atende rigorosamente aos preceitos estabelecidos pela Lei n° 1994, de 1978, disciplina e matéria.

PROJETO DE LEI N° 114/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentas, pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da publicação desta lei, do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as microempresas assim definidas na Lei n° 8084/85, de Confecção de Roupas e Artigos de Couro em geral, instaladas nos municípios da Região Noroeste do Estado do Paraná.

Art. 2° - O benefício fiscal sobre o que visa a presente lei, será concedido para as 5 (cinco) primeiras indústrias que se instalarem em cada Município da região

Noroeste do Estado.

Art. 3° - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 08.04.91.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa excluir da incidência do ICMS as microempresas do ramo de confecções de roupas e artigos de couro em geral, que vierem a se instalar na região noroeste do Estado, no período de dois anos a partir de sua publicação, é medida de inquestionável importância e urgência.

O incentivo fiscal ora versado faz-se necessário, pois desde que uma grande geada que abateu a região em 1965, aproximadamente 2.500.000 pessoas iniciaram um processo migratório, dirigindo-se para os grandes centros do Estado.

Com isso, aquela região onde domina a pecuária, o cultivo de cana e algodão, passou a ser pouquíssimo explorada, deixando com isso de se desenvolver tanto quanto era esperado, diante do potencial agropecuário que possui.

O desenvolvimento econômico, social e político, se viu cerceado em suas bases por falta de mão-de-obra ativa.

Pretende-se assim, com a presente medida, incentivar a instalação de indústrias ligadas ao setor têxtil e de confecção de artigos de couro em geral, para que sejam ao máximo exploradas as riquezas naturais da região o que implicará incontinente, no almejado desenvolvimento regional, que se viu fortemente prejudicado com o processo migratório que se iniciou na década de 50.

A isenção ora concedida restringe-se a região noroeste do Estado, tomando como base as peculiaridades que a região ostenta e está aqui sendo empregada para fomentar iludida região, carente de forças produtivas e por esta razão menos desenvolvida que as demais regiões do Estado.

PROJETO DE LEI N° 115/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentos, pelo período de (dois) anos, a partir da publicação desta lei, do pagamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as empresas de médio e grande porte, de confecções de roupas e artigos de couro em geral, instaladas nos municípios integrantes da região Noroeste do Estado.

Art. 2° - O benefício fiscal sobre o que versa a presente lei, alcançará as 5 (cinco) primeiras indústrias que se instalarem em cada um dos municípios situados

Art. 3º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei que visa excluir da incidência do ICMS as microempresas do ramo de confecções de roupas e artigos de couro em geral, que vierem a se instalar na região noroeste do Estado, no período de dois anos a partir de sua publicação, é medida de inquestionável importância e urgência.

O incentivo fiscal ora versado faz-se necessário, pois desde que uma grande geada que abateu a região em 1965, aproximadamente 2.500.000 pessoas iniciaram um processo migratório, dirigindo-se para os grandes centros do Estado.

Com isso, aquela região onde domina a pecuária, o cultivo de cana e algodão, passou a ser pouquíssimo explorada, deixando com isso de se desenvolver tanto quanto era esperado, diante do potencial agropecuário que possui.

O desenvolvimento econômico, social e político, se viu cerceado em suas bases por falta de mão-de-obra ativa.

Pretende-se assim, com a presente medida, incentivar a instalação de indústrias ligadas ao setor têxtil e de confecção de artigos de couro em geral, para que sejam ao máximo exploradas as riquezas naturais da região o que implicará incontinente, no almejado desenvolvimento regional, que se viu fortemente prejudicado com o processo migratório que se iniciou na década de 50.

A isenção ora concedida restringe-se a região noroeste do Estado, tomando como base as peculiaridades que a região ostenta e está aqui sendo empregada para fomentar a aludida região, carente de forças produtivas e por esta razão menos desenvolvida que as demais regiões do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 116/91

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e incentivar a criação de 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecção de artigos em couro, nas cidades pólo da região Noroeste do Estado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) JOAO PREIS

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei objetiva au-

torizar o incentivo pelo Poder Executivo à criação de 10 (dez) escolas profissionalizantes no setor têxtil e de confecções de artigos em couro nas cidades pólo da região Noroeste do Estado.

A medida justifica-se face ao grande fluxo migratório que se deu na região a partir da década de 50, quando a região foi abatida por intensa geada, esvaziando-a de mão-de-obra especializada.

Diante de tal circunstância, o Poder Público Estadual tem incentivado a instalação de indústrias ligadas a esses ramos, na região, o que desencadeará a necessidade de mão-de-obra especializada, problema que, certamente será remediado com a adoção da presente medida.

PROJETO DE LEI Nº 117/91

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE JANDAIA DO SUL - APROJAN, com sede e foro no Município de Jandaia do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.04.91.

(a) COSTENARO NETO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que este plano de lei pretende declarar de Utilidade Pública, vem prestando efetivos serviços à classe de professores do Município de Jandaia do Sul.

Não tem fins lucrativos, é composta de professores e serventes, sem qualquer distinção de nacionalidade, sexo, cor, convicção política ou crença religiosa. Atua indiretamente na área de saúde, pois mantém convênios que proporcionam desconto na compra de medicamentos e assistência médica de seus associados.

A preocupação da APROJAN recai no incentivo e preservação da unidade da classe, defendendo seus direitos e interesses, reivindicando aos órgãos competentes condições de progressivo melhoramento técnico, cultural e econômico para a classe dos professores jandaienses. Promove congressos, encontros, conferências, cursos, seminários e reuniões culturais de aperfeiçoamento do pessoal do magistério. Presta assistência jurídica aos sócios nas atividades profissionais do magistério.

É prioridade da APROJAN a promoção do bem-estar dos seus associados, tanto a nível intelectual como social.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6994/78, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos dos Pares desta Casa, o devido apoio e conseqüente

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero registrar a minha ausência na sessão de amanhã, em virtude de estarmos participando de um ato na cidade de Francisco Beltrão, região Sudoeste do Estado, onde agricultores, através de suas entidades cooperativas, sindicatos patronais, sindicatos dos trabalhadores rurais e entidades representativas da agricultura da região, promovem um ato de discussão e de debates sobre o problema da seca no Sudoeste, e aproveitando para registrar que na última semana estivemos presentes também com estas várias entidades, inclusive com vários Deputados presentes numa reunião com o Secretário da Agricultura, onde se encaminhou várias reivindicações, discussões sobre a seca no Paraná, além de um documento discutido em conjunto, em que o Secretário da Agricultura estará levando em mãos, dia 18, até a Presidência da República.

Nesta discussão se debate o problema da seca no Paraná, sobre o qual já muitas vezes nos pronunciamos aqui e que, com o apoio de várias autoridades, de vários Deputados que estiveram presentes e mandaram seus representantes, inclusive o Deputado João Arruda, o Deputado Traiano, também do Sudoeste, onde as reivindicações são encaminhadas para que se tomem as medidas necessárias para a salvação da pequena agricultura do Paraná e, no conjunto, da agricultura em geral.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última terça-feira na sessão desta Casa de Leis, o Deputado Ernani Pudell se pronunciou a respeito de um fato que já está gerando repulsa até em usar microfones desta Casa para falar sobre isso.

Após aquele pronunciamento do Deputado Ernani Pudell, muitos Srs. Deputados procuraram conversar conosco, sugerindo negociações, conversas amigáveis para resolver o problema do gabinete da Liderança do PT. Eu gostaria de solicitar aos nobres Srs. Deputados a atenção para que nós possamos fazer um relato cronológico dos fatos aqui ocorridos para que, pelo que sentimos, muitos que vieram conversar conosco após aquele pronunciamento aqui na última terça-feira, entendemos necessário colocar no plenário desta Casa informações para que os Srs. Deputados possam acompanhar nossa reivindicação de igualdade, de igualdade apenas para a Liderança do PT nesta Casa.

É do conhecimento de todos, da Mesa, é tradição desta Casa que cabe - inclusive

consta no Regimento Interno, a cada bancada, que cada bancada terá o líder e as suas normas tradicionais da Casa a partir de dois Deputados.

Eu quero reafirmar e dizer que a nossa Bancada tem três Deputados aqui nesta Casa. Cada Sr. Deputado sabe o quanto batalhou para conquistar os seus votos, e por vontade do povo, está aqui nesta Casa de Leis.

Não queremos questionar as formas pelas quais muitos aqui vieram, mas cada um de nós sabe a ginástica que teve que fazer, para que - apesar dos votos brancos e nulos na última eleição - pudéssemos estar aqui. Portanto, se estamos aqui, foi por vontade popular dos eleitores e do povo do Paraná.

Não é o fato de sermos do PT - e com muita honra o somos - que temos menos ou mais méritos que qualquer um dos outros 53 Deputados que aqui estão...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Deputado Ovídio Constantino, Vossa Excelência já fala no Horário da Liderança do PT.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Obrigado.

Srs. Deputados, independente das circunstâncias como aqui chegamos, independentemente do tempo que aqui estão os Srs. Deputados, respeitando a idoneidade e a experiência, somos 54 Srs. Deputados investidos legalmente no Poder Legislativo para a 12.<sup>a</sup> Legislatura do Estado do Paraná.

O ilustre Deputado Pedro Tonelli, que enobreceu esta Casa e a política do Paraná com o seu mandato de Deputado Estadual, estava instalado no gabinete 604 desta Casa, do Edifício Tancredo Neves. Tinha como gabinete da Liderança e não usava por falta de condições de trabalho, por não ter telefone, não ter iluminação adequada, não ter móveis adequados e equipamentos necessários, além de ser solicitado a, praticamente, mais de dois anos antes do fim do seu mandato, que a direção da Casa o colocasse em condições de trabalho. O Deputado Pedro Tonelli não usava aquela sala, a qual, argumentado pela Mesa e por Deputados na sessão da última terça-feira, seria o Gabinete da Liderança do nosso Partido.

Queria informar ao Plenário desta Casa que aquela sala, entendemos, não tem o mínimo de condição para trabalho, e que serve muito bem, e talvez ainda muito mal, para um almoxarifado.

Sendo o Deputado Tonelli o único Deputado e não tendo sido atendidos os seus pedidos para colocação em condições de trabalho aquela sala, o mesmo não a vinha utilizando há tempos.

Nós havíamos feito com a Administra-



ção da Casa um acordo de cavalheiros, com o Senhor Bibinho, em que o Gabinete 604 que o Deputado Tonelli utilizava para o seu trabalho parlamentar seria cedido à Liderança do nosso Partido. Baseado nisso é que nós permanecemos naquele Gabinete, e não vou repetir o que aconteceu, pois já é do conhecimento de todos, quando de lá fomos tirados à força.

Após esses incidentes imediatamente fomos à Administração da Casa para conversar, e o Senhor Bibinho nos atendeu muito nervoso, muito mal, após isto ter nos pedido desculpas, e nos disse que não tinha um outro lugar para a Liderança do PT senão aquela salinha do corredor. Nós informamos a ele que a Liderança do Deputado Tonelli não funcionava mais naquela sala. E não funcionava por falta de condições porque já havia solicitado a colocação de telefone, de estruturas de trabalho que não haviam sido atendidos. Mas propusemos que se tivessem colocado em condições de trabalho nós aceitaríamos, e que aquela sala ficasse para a Liderança do PT. Após isso, várias conversas, várias gestões tentamos para conseguir que nos fosse dado o direito de igualdade de as bancadas terem o Gabinete para trabalhar e desenvolver o seu trabalho. Combinamos um prazo de até 15 de março com a Administração da Casa para providenciar o nosso Gabinete. Propomos, inclusive, a ampliação daquela mesma sala para que nos dessem condições de trabalho. Nem isso foi possível até o momento. A paciência tem limite, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Os nossos funcionários da Liderança estão há dois meses sem condições de trabalho, ameaçando pedir demissão de seus cargos. E temos a possibilidade de perder uma assessoria que foi contratada por um teste de seleção, com muito critério.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, o Paraná evoluiu sim, e evoluiu muito. As necessidades de estrutura desta Casa também. Não quero dizer que devia ser como antes, mas apenas para lembrar. Antes da construção do Edifício Tancredo Neves, cinquenta e sete Deputados nesta Casa se abrigavam no antigo prédio, antes da construção deste prédio com oito andares, cada andar com oito gabinetes, portanto, sessenta e quatro gabinetes. Hoje percebemos que com mais sessenta e quatro gabinetes. Com a diminuição de três Deputados da Bancada que anteriormente era de cinquenta e sete, não se tem espaço para o trabalho no Edifício Tancredo Neves. Não há por quê. Existem onze Senhores Deputados com dois gabinetes cada um, e não são Líderes de Bancadas.

O que ocorre conosco, com a Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, no nosso entendimento, é simplesmente perse-

guição e retaliação. Confirmamos isto quando foi dito aqui um ou dois dias antes da eleição da Presidência da Mesa desta Casa, no Gabinete do Diretor da Casa, que nós votássemos no Deputado Anibal ou que votássemos em branco e teríamos garantido o Gabinete 604 para a Liderança do nosso Partido.

Queremos dizer aos Senhores Deputados que este problema já está chateando a Bancada desta Casa, está chateando o Plenário desta Casa. Mas queremos dizer que isto é planejado para impedir que a nossa Bancada tenha coragem de questionar as atitudes aqui colocadas dentro desta Casa, tomadas, e que no nosso entendimento, denigrem e envergonham o Poder Legislativo do Paraná. Nós temos solução para o problema, nós temos solução, sem ser necessário fazer como o Deputado Neivo Beraldin invadir gabinetes, atirar através de sua assessoria telefone no administrador desta Casa, quando foi lá para regulamentar a ocupação ou invasão do gabinete.

Tem solução sim, para o gabinete da Liderança do PT, sem ser necessário a Presidência mandar despejar o PT, quando ocupar algum, porque não fez isto, quando o Deputado Neivo Beraldin, invadiu o gabinete ao lado do seu gabinete de trabalho da Legislatura passada.

Queremos dar quatro soluções para a administração desta Casa, que são possíveis, e para o Plenário, porque entendemos que este caso, este fato, é de interesse do Plenário e da administração geral desta Casa.

Primeiro, o Diretor Administrativo desta Casa nos disse que, quando o Deputado Artagão saísse da Assembléia para o Tribunal, dividiria o gabinete e teria lá um lugar para a Liderança do Partido. Tem esta solução para o nosso problema.

Se não fosse esse, tem ainda a solução que já propomos, de consertar e ampliar o cubículo lá do corredor da Casa, que nós não queremos para fazer propaganda em vitrines como foi propalado, mas sim para dar condições de trabalho para a nossa Liderança. Tem condições ainda, se não der para ampliar, transferir para lá a barbearia, a UPI, ou qualquer uma outra atividade, que se encontra no edifício Tancredo Neves, e que não há necessidade de estar lá, porque tem condições de atendimento ali.

Ou ainda, tem condições, Senhores diretores da Casa, Senhores Deputados, despejar ou fazer um acordo com um dos onze Deputados, que têm dois gabinetes ou mais no edifício Tancredo Neves. Ou ainda, a curta possibilidade, se aprovarmos e colocar em prática com urgência o projeto de resolução que a nossa Bancada apresentou à Mesa desta Casa.



Portanto, para concluir, Senhor Presidente, tem solução para o nosso problema, não tem se a direção desta Casa não quiser ... porque nós teremos que tomar outras medidas, porque a paciência tem limite. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - Senhor Presidente, Senhores Deputados, queríamos neste momento, agradecer a maneira cortês que nós fomos distinguidos pela Mesa Diretiva, em especial o Senhor Presidente, e também a todos os colegas Deputados a maneira cordial e simpática com que fui recebido nesta Casa.

(Lê) -

Pela primeira vez ocupamos esta tribuna e o fazemos com muita emoção e responsabilidade, porque sabemos que o povo paranaense está depositando as esperanças em nós, os seus representantes, principalmente agora nesta grande crise econômica, crise de credibilidade de muitos que não souberam honrar com os compromissos assumidos.

Somos oriundos do Noroeste Paranaense, outrora o famoso "Eldorado Brasileiro", sendo hoje a região mais empobrecida dos Estados do Sul. Em algumas cidades, há em certas localidades, povoações equiparadas com o Nordeste brasileiro, devido a falta de saúde, habitação, empregos, gerando extrema miséria e subnutridos.

O Noroeste foi desbravado sob o ciclo do café, ocasião em que houve muito progresso. As cidades e os distritos nasceram no auge da produção cafeeira, mas em virtude das constantes geadas, confisco no preço do café, e a grande geada de 1975, foram dizimados todos os cafezais da região e os pequenos produtores que venderam suas propriedades, foram transformados em bóias-frias. Houve o êxodo rural e o esvaziamento das cidades, em torno de 2.200.000 (dois milhões e duzentos mil) paranaenses, que foram em busca de seu futuro nos grandes centros ou foram desbravar regiões no Mato Grosso do Sul, Rondônia, Acre e outros. As terras Roxa, ficaram para o cultivo da soja, trigo, milho e as terras de arenito foram ocupadas pela pecuária e plantio de cana. Nas regiões onde ainda se cultivava o café, como Umuarama, Pérola, São Jorge do Patrocínio, Altônia e regiões circunvizinhas, os lavradores agora, a exemplo de 1975, estão abandonando suas terras, sem ter aonde ir, desesperados pelo seu futuro totalmente incerto. Devido ao preço não compatível com a necessidade.

A Universidade Estadual de Maringá,

através do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Regional, criou o PRODEINOR - Programa Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste do Paraná.

Na região Noroeste, as prefeituras com problemas financeiros tornam-se impotentes perante os programas de desenvolvimentos, transformando-os em programas de assistencialismo, socorrendo as pessoas que ali aparecem em busca de remédios, agasalhos, comida, enfim, em busca de uma vida digna. O índice de mortalidade infantil está entre os mais altos do País, e isto está acontecendo perto de todos nós, aqui no Paraná!

A região Noroeste é bem servida por energia elétrica e em algumas regiões tem boas estradas, mas para o povo, não existe outra alternativa de trabalho a não ser subirem nos caminhões, sem segurança nenhuma para trabalharem no campo, ganhando uma quantia irrisória, mal dando para o seu sustento.

Da região, saem diariamente inúmeras mudanças para incharem nossa capital (cidade sorriso, capital da ecologia), formando cinturões de favelados de ex-produtores, que famintos só vêm aumentar os problemas que normalmente as grandes capitais enfrentam. Os programas do Governador Roberto Requião, vêm de encontro aos anseios do Noroeste, do Paraná.

Temos clima, terras, mas nos falta tecnologia, precisamos diversificar a agricultura criando novos programas bem como incentivando os já existentes, tais como:

- Fruticultura: Programa da Laranja, já em desenvolvimento na região de Arenito, programa iniciado pela Prefeitura Municipal de Maringá quando estivemos à frente da Secretaria de Indústria e Comércio daquela cidade.

A produção de uva, único lugar do mundo que produz duas safras por ano e produzindo os melhores vinhos do mercado internacional.

Apenas concluindo, Senhor Presidente, nós estamos entrando, nesta Casa, com o projeto de lei para isenção de impostos, de ICMS, para os produtos, matéria prima produzidos na região do Noroeste, como o couro, o algodão e a seda. Sessenta e cinco por cento da produção nacional de seda é produzida no Paraná, na região Noroeste, e nada é industrializado na nossa região. Somos produtores, na ordem de 45% da produção nacional, e produzimos apenas 5%. Produzimos 3 milhões de peles por ano, de couro bovino. E apenas 1% deste produto é industrializado no Paraná.

Daí, Senhor Presidente, daí companheiros é que nós entramos, hoje, com projeto de lei para isenção de impostos, o ICMS, para os produtos derivados da seda, para

os produtos derivados do couro e para os produtos derivados do algodão, para que sejam industrializados no Paraná, de preferência na região Noroeste.

Passarei às mãos da presidência do documento comprovando esta minha afirmativa, neste momento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhores Deputados, Senhor Presidente.

Lamentavelmente mais uma vez hoje venho aqui ocupar a tribuna desta Casa para registrar um fato, no mínimo estranho que ocorreu recentemente.

Enquanto, a nível nacional, se avolumam, as denúncias de fraude no INPS, enquanto nós percebemos, cada vez mais, o povo nas filas procurando atendimento médico, atendimento esse negado pelo serviço de Saúde, nós percebemos que nesta Casa a generosidade com o dinheiro público é extremamente elevada.

Consta uma informação de que no final do ano passado, sem qualquer solicitação por parte do Departamento Médico da Assembléia Legislativa do Paraná, foi adquirido um equipamento denominado autoclave. Equipamento este destinado a esterelização de material médico e odontológico.

Mais do que isso, nos consta que este equipamento tinha a sua capacidade de esterelização muito superior à necessidade e à demanda do Departamento Médico, aqui da Assembléia. É tão estranha a aquisição deste equipamento que consta que ficou por vários meses aqui situado na garagem da Assembléia Legislativa do Paraná, porque sequer entrava por qualquer das portas, sequer poderia ser transportado por elevadores para dentro desta Casa para ser colocado em algum local adequado.

Procuramos, antes de requerer informações à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, procuramos localizar o citado equipamento. Procuramos por todas as dependências da Casa e não sabemos onde está este equipamento. Equipamento que nos parece não é de baixo valor! E o que é mais estranho, quando se fala no autoclave, saber que pessoas andaram por aí, circulando nos gabinetes, intermediando a venda deste equipamento para esta Casa.

Diante disso, até pelas notícias publicadas pelos jornais, e cumprindo missão que a Bancada do Partido dos Trabalhadores tem, que é a de fiscalizar com muito rigor, e para que se esclareça este fato, no mínimo estranho, nós estamos requerendo estas informações da Mesa da Assembléia. E esperamos que, definitivamente comece a se adotar critérios mais transparentes e mais

participativos quando se trata de administrar o patrimônio público!

Era isso, Senhores Deputados, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. FLORISVALDO FIER - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

No atual momento político brasileiro, muito se tem falado sobre privatização nos serviços públicos. Entre uma destas empresas que tem se discutido, é a ELETROSUL. Estamos aqui para defender a empresa pública, assim como a ELETROSUL é. A ELETROSUL é uma empresa responsável pela construção e operação de usinas hidrelétricas e a transmissão de grande quantidade de energia na Região Sul do nosso País. O papel fundamental da ELETROSUL para o desenvolvimento dos Estados da Região, uma vez que a geração e a distribuição de energia precisa ser planejada de forma global, e isto a ELETROSUL tem feito.

Desta maneira, evita desperdícios e falta de energia, devido a ocorrências localizadas em outros Estados, como secas ou enchentes. A ELETROSUL faz este equilíbrio. Se num momento falta energia em um dos Estados, no Paraná, por exemplo, a ELETROSUL pode equilibrar o setor energético entre os três Estados.

A ausência deste planejamento racionalizado, pode trazer consequências desastrosas para o desenvolvimento dos Estados do Sul.

Apesar deste papel inegável, a ELETROSUL vem sendo vítima de desastrosas administrações nas últimas gestões. Não bastando o mau gerenciamento de seus recursos, a empresa tem sofrido sucessivos ataques das concessionárias estaduais como a COPEL, a CELESC, etc., que fazem parte do seu conselho administrativo.

Com interesses imediatos e apoiando-se no discurso neoliberal, que prega a descentralização como a panacéia para os problemas nacionais, os governos estaduais jogam para a extinção da ELETROSUL e a incorporação do seu patrimônio a estas concessionárias.

Os trabalhadores da ELETROSUL que estão organizados em associação, a Associação dos Profissionais da ELETROSUL, têm denunciado esta política e trouxeram até nós esta preocupação, para que seja preservada esta empresa. Dizem estes trabalhadores que, se concretizada esta privatização, ou então passada para as respectivas concessionárias, terá grandes prejuízos à Região Sul do Brasil.

Nós, do PT, queremos ser solidários e apoiar a luta desses trabalhadores da ELETROSUL e condenar a política imedia-

tista levada a cabo pelo ex-Governador do Estado, Senhor Álvaro Dias, e queremos propor, junto com esses trabalhadores, que seja discutida com o novo Governador esta questão, especificamente.

Para isto, propomos alguns pontos de debate. Um deles, que as concessionárias estaduais assumam parte do controle acionário da ELETROSUL, hoje em mãos do Governo Federal, se comprometendo, em contrapartida, com a manutenção e administração da empresa, porque sabemos que um dos setores destas ações está com o Governo Federal.

O segundo, o controle efetivo da sociedade sobre a ELETROSUL, através da participação dos funcionários e entidades representativas da sociedade, organizadas no conselho da empresa.

A não adoção, por parte do Governo Estadual, de medidas eficazes no sentido de garantir o controle social e a preservação da ELETROSUL através de uma administração honesta e transparente, acarretará prejuízos inevitáveis para o crescimento econômico de nosso Estado.

Como todos sabem, os primeiros a ser atingidos por tal política irresponsável, são sempre os trabalhadores. Isto, nós, do PT, não podemos aceitar. Temos visto o que tem ocorrido com o BADEP, com o BRDE. Já de antemão queremos aqui denunciar e reivindicar que isto não ocorra com a ELETROSUL. Senão será mais prejuízo para a Região Sul e, principalmente, para o Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado José Tavares com a palavra.

O SR. JOSÉ TAVARES - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna, Senhor Presidente, nesta tarde, é o fato de que há poucos dias presenciava uma manifestação do Governador Roberto Requião a respeito de suas prioridades de Governo, e pude observar que Sua Excelência fugiu um pouco do tradicional dos governantes eleitos, ou em campanha, quando usa o binômio educação e saúde como prioridade de seu Governo. O Governador Roberto Requião inova, e inova, sob o meu ponto de vista, para melhor, quando inclui a segurança como uma de suas prioridades de Governo. Todos sabemos da importância da educação e da saúde na vida da população, é inegável sua importância e nós estaremos aqui para defendê-la, de todas as formas e de todas as maneiras.

Mas, como um profissional da segurança pública - sou advogado - tenho procurado ao longo destes anos me dedicar ao estudo do direito penal e da criminologia, con-

fesso que sempre me considere um frustrado por não ver governante nenhum se preocupar com a segurança pública. E era exatamente o governante que não se preocupava na dimensão que a segurança pública sempre exigiu dele. A sociedade brasileira, de uns tempos para cá, passou a eleger a segurança pública, ou a insegurança pública, como uma de suas grandes inquietações. Em qualquer pesquisa de opinião pública, em qualquer Estado da Federação, em qualquer momento da vida econômica, política e social deste País, a população traz, através das pesquisas, uma inquietação muito grande com relação aos problemas relativos ou relacionados com a segurança, com a violência, ou com a insegurança pública. É por isso que sempre me considere frustrado, preocupado modestamente ontem como delegado, e hoje como Parlamentar, de não ver os governantes, aqueles que detêm o poder, de fato, para melhorar as condições da segurança pública se preocuparem priorizarem-na, como se preocuparam com outras áreas do Governo.

Por isso, entendi que era meu dever, como homem preocupado com essa questão, como Deputado do Governo, vir à tribuna para aplaudir as declarações do Governador Roberto Requião, que pela primeira vez, prioriza juntamente com a educação e a saúde, a segurança pública, como meta de Governo.

O tempo não me permite, Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, discorrer aqui sobre a segurança em si, mas segurança pública não é apenas o furto, o roubo, o estelionato; segurança pública é uma série de atividades que um setor público tem que prestar à população para lhe dar maior segurança, para lhe proteger nos mínimos direitos e inclusive, em questões básicas como até eu diria, a segurança de tráfego e o corpo de bombeiros.

Diz, também, o Governador Roberto Requião, a respeito da unificação das polícias. Todos nós sabemos que temos basicamente, mas não tão somente, duas polícias: a civil e a militar. Se nós quisermos podemos englobar com a polícia civil a polícia federal; a polícia rodoviária federal e a polícia ferroviária federal; e com a polícia militar, o corpo de bombeiros. Então, usando este binômio, polícias civil e militar, S. Exa. fala em unificação. militar, Sua Excelência fala em unificação. Esta é uma tese também que tem nos ocupado ao longo dos nossos anos e tivemos um momento ímpar, Senhor Presidente, para discutir esta questão na Assembléia Nacional Constituinte; lá era o momento adequado e o foro competente para definirmos esta questão da unificação das polícias.

Presidimos a Sub-Comissão de Defesa do Estado, da Sociedade e da sua Segurança,

lutamos, discutimos, dirigimos todo o nosso trabalho no sentido da unificação das polícias, mas, lamentavelmente, não obtivemos êxito, fomos votos vencidos na comissão que tratou desta questão naquela oportunidade. Mas, hoje, um governante eleito pelo povo, que tem como origem a profissão de advogado, vem, ao priorizar a segurança pública como meta de governo, e diz também que é favorável à unificação das polícias. Sabe Sua Excelência que constitucionalmente não é possível - porque pela primeira vez a Constituição da República traz um capítulo inteiro dedicado à segurança pública: com a sua definição, trazendo quais são os órgãos que a compõem e as definições individuais de cada uma das polícias - mas é importante que se discuta neste momento a unificação das polícias. Não é possível que o cidadão brasileiro, que o cidadão paranaense, que é quem contribui, que é quem paga os impostos para os cofres públicos, de vez em quando, para não dizer repetidamente, se vê na contingência de ser mal atendido porque as duas polícias não se entendem quanto à definição de suas respectivas competências.

Eu também me somo às declarações do Governador Requião e defendo aqui desta tribuna sabendo que, constitucionalmente, isto não é possível agora, mas a tese, a idéia é positiva e merece deste Deputado, e acredito que da maioria dos Parlamentares aqui presentes, o apoio e o aplauso.

Em vez das polícias ficarem, de vez em quando, discutindo quem é competente, para quê, elas devem, isto sim, se preocupar em dar melhor segurança para a população. Por isso, Senhor Presidente, é que eu senti o dever de me inscrever, neste momento, para falar no Pequeno Expediente a respeito também da unificação das polícias aqui no Paraná. O Governador não pode legal e constitucionalmente, mas sabemos que, se ele realmente desejar, ele pode, na prática, fazer a unificação das polícias determinando ao Senhor Secretário da Segurança Pública que exija dos comandantes das duas polícias, a ele subordinadas, civil e militar que se preocupem mais com a segurança da população e menos com questões internas de competência de definição, de atribuição.

Era o que eu tinha a dizer, Senhor Presidente, e agradeço a benevolência de Vossa Excelência em me permitir que adentrasse além do tempo, neste momento, no meu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrando o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Dirceu Manfrinato.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O assunto que nos traz nesta tarde a ocupar o Grande Expediente se relaciona à questão de angústia que estão vivendo os pequenos empresários do Paraná com relação às camionetes cabines duplas. Nós até tivemos a oportunidade de ver recentemente, no dia 05 de abril, quando uma matéria publicada no jornal "O Estado do Paraná" dizia: "O HOBBY - Como boa parte da população, os Deputados também têm seus "hobbies". O do Deputado Dirceu Manfrinato, por exemplo, são as camionetes cabines duplas; ele não esconde o seu fascínio pelas ditas cujas...". Eu, na verdade, confesso que gosto muito de camionetes, aprecio principalmente aquilo que é feito pelos brasileiros, que é construído pela tecnologia das nossas empresas, tanto do Paraná como do Brasil, e tenho realmente esse "hobby".

Mas, antes de chegarmos ao que desejamos no nosso pronunciamento, eu gostaria de reafirmar aos Senhores Deputados e à imprensa aqui presente que não estamos legislando em causa própria, uma vez que não temos camionete cabine dupla.

Assim, a nossa preocupação, evidentemente com esta medida adotada pelo CONTRAN, vem pelo fato do desemprego que poderá acontecer se estas medidas drásticas forem tomadas contra as pequenas indústrias de cabine dupla.

Nós já fizemos um levantamento e podemos afirmar de que já existe aproximadamente 600 a 700 funcionários que dependem dessas pequenas empresas.

Nós não podemos responsabilizar os empresários que, não foram advertidos para que não montassem a sua empresa, que não fizessem os investimentos que foram feitos, uma vez que depois o investimento da tecnologia procurada para melhorar a condição dos veículos do nosso País e que, segundo o próprio Presidente da República Fernando Collor de Mello, que chegou a dizer várias vezes na imprensa que o Brasil estava fabricando carroças e não veículos a contento da população brasileira.

Libera-se a importação de veículos para que nós tenhamos acesso à importação de veículos e que ainda não sabemos se são movidos a diesel, movidos a gasolina, mas nós entendemos, uma vez que a liberação dos veículos para importação está aberta e não se diz qual é a forma que é movido e qual é o combustível.

Se aqui no Brasil, através das pequenas empresas, estão buscando uma nova tecnologia, buscando uma forma de oferecer um veículo de maior segurança, de maior aparência no mercado automobilístico, nós não podemos subestimar aqueles que querem trazer essa tecnologia que o próprio Presi-

dente da República afirmou que não existe.

E eu quero fazer um apelo ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados. Nós sabemos que o novo Diretor do DETRAN será o Senhor Francisco Deliberador, por quem eu tenho muito respeito; já o conhecemos a longo tempo, junto à Prefeitura de Ibiporã, junto ao próprio DETRAN e até mesmo à Secretaria de Transportes, e hoje retornando às suas origens no DETRAN.

Nós sabemos que há nele a sensibilidade, que haverá dele o diálogo com os Senhores Deputados, da Comissão de Indústria e Comércio desta Casa. Nós já temos tido apoio desta Comissão de Indústria e Comércio, na pessoa do Senhor Presidente Severino Félix Pessoa e o Vice-Presidente o Senhor Albino Corazza.

E nós queremos chegar a uma dedução sem trazermos prejuízos à população do Estado, sem trazermos prejuízos àqueles que acreditaram nas pequenas empresas, que investiram e que acreditaram, apesar de que vivemos num País em cada momento de mudanças brutais, nos "pacotes econômicos" e nas decisões da própria Presidência da República. Mas, não podemos continuar vivendo através dessas medidas brutais, prejudicando o desemprego que hoje está batendo o "record" no Brasil e nós estamos sentindo isso nos nossos gabinetes. A procura de emprego é uma violência que nós vemos hoje com relação há quatro anos atrás.

Existe o parecer jurídico e esse parecer jurídico, embasado dentro das leis que traz praticamente um parecer de que nós estamos sendo submetidos não a uma lei do Congresso Nacional, mas a uma resolução do CONTRAN.

O parecer tem dito que: (Lê)

1. - Atendendo a pedido, permitimo-nos, com o devido respeito a todos os Órgãos envolvidos, tecer comentários sobre o assunto em tela, de forma abalizada e imparcial, à luz de legislação vigente, inclusive em jurisprudência já existente.

2. - Cumpre-nos, inicialmente, lembrar que o assunto em foco foi disciplinado, a nível nacional, pelo CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - "CONTRAN", através das resoluções:

2.1 - Resolução n° 540/77 - disciplinou os veículos registrados na sua vigência, ou seja, aqueles que comprovem ter instalado diesel e registrado do "DETRAN" até 31 de dezembro de 1976; (\*)

2.2 - Resolução n° 655/85 - disciplinou os veículos registrados na sua vigência, direito adquirido (ANEXO I); (\*)

(\*) - ambas já revogadas.

2.3 - Resolução n° 727/89 - disciplinou, de forma genérica e abrangente, os veículos com motor a diesel, inclusive proibindo a substituição de motores a álcool e/ou gasolina por diesel (ANEXO II);

2.4 Resolução n° 740/89 - limitou para regularização até 31 de dezembro de 1989, os casos previstos na Resolução n° 727/89.

3. - Destacamos, ainda, que diante da expedição do Ofício Circular n° 03/91-DG, em 28 de janeiro de 1991, emanado do Diretor Geral do "DETRAN-PR", Dr. José Deliberador Neto, inúmeros são os problemas para os proprietários de veículos a diesel, principalmente com cabine dupla, registrados do Paraná, uma vez que nos demais Estados da Federação a interpretação da Resolução n° 727/89 é bem diferente da aqui adotada (ANEXOS III, IV, V e VI).

4. - Afetou, também, aquela medida, de forma expressiva e prejudicial, todas as empresas que se dedicam à fabricação de cabines duplas no Estado do Paraná, principalmente os veículos da marca "Ford" e Volkswagen (saveiros), cuja fábrica, até o momento, por razões que desconhecemos, não obteve a mesma autorização já obtida, a nível nacional, pela "General Motors", para a D-20 cabine dupla e para a "Veraneio", este exclusivamente para o transporte de passageiros, ambas a diesel (ANEXOS VII e VIII).

5. - Entende, a Assessoria Jurídica do "DETRAN-PR", que apenas os veículos da General Motors, ou seja, a D-20 cabine dupla e a Veraneio que obtiveram a devida autorização do competente órgão governamental é que poderão ser licenciados normalmente, enquanto que os demais veículos "Ford" e "Volkswagen - Saveiro", terão de se submeter às disposições do Ofício Circular n° 03/91, já citado.

6. - Por se tratar de um assunto muito complexo, visto sob um ângulo genérico, procuraremos, em nosso parecer, nos abster de comentar sobre todos os veículos, mas cuidaremos, especificamente, daqueles que, embora tenham saída da fábrica com motor a diesel, no tipo "pick-up" ou "camionete" com cabine simples, venham a ser alterados para cabine dupla.

7. - Considerando que a Resolução n° 727/89, de 28 de janeiro de 1989, combinada com o Código Nacional de Trânsito e respectivo regulamento, é que disciplinou o assunto, nos deteremos em comentá-la minuciosamente, a saber:

7.1 - Características dos Veículos - Disciplina o Art. 1° daquela Resolução o seguinte:

"As características dos veículos para fins do Art. 39 do Código Nacional de Trânsito são aquelas constantes do Artigo 109 do seu Regulamento".

7.1.1 - O Art. 109 do Regulamento do Código Nacional de Trânsito, por sua vez, preceitua:

"Do Certificado de Registro, além do nome do proprietário e seu endereço, deverão constar as seguintes características

do veículo: marca, modelo, cor, número do chassi ou do motor, gravado na sua parte menos perecível, classificação e capacidade nominal".

7.1.1.1. - Cumpre ressaltar que o artigo 109 não trata especificamente de cabine simples ou dupla, mas apenas quanto à classificação e capacidade nominal do veículo, se de "carga" ou de "passageiros".

7.1.2 - Já o § 1º do Art. 1º, daquela mesma Resolução, estabelece:

§ 1º - As características de que trata o "Caput" deste artigo, somente poderão ser modificadas pelo seu proprietário, em conjunto ou separadamente, mediante prévia autorização da Autoridade de Trânsito, requisito indispensável ao registro e licenciamento do veículo".

7.1.2.1 - Ocorre, porém, que muitas alterações de características são feitas sem a competente e prévia autorização do "DETRAN-PR", assim entendida como Autoridade de Trânsito em nosso Estado, razão pela qual existe uma penalização para a falta ou seja, a multa constante da Tabela de Taxas do "DETRAN-PR", a ser recolhida através de "GR", regularizando, assim, a falta de autorização prévia, desde que as mudanças obedeçam às disposições vigentes.

7.1.3 - Relativamente ao § 2º, ao Art. 1º da citada Resolução, assim dispõe:

§ 2º - Quando a alteração envolver a substituição de componentes de segurança ou modificação da estrutura do veículo não especificada pelo fabricante do veículo, exigir-se-á, após 270 (duzentos e setenta) dias da publicação desta Resolução, comprovante de segurança veicular expedido por Instituto Técnico credenciado pelo INMETRO, conforme normas e procedimentos aprovados para seu registro e licenciamento (Obs. Texto dado pela Res. 735/89. - grifo nosso).

7.1.3.1 - Míster se faz ressaltar que ao se substituir uma cabine simples por outra dupla, não ocorre substituição de qualquer componente de segurança, mas tão somente uma troca de cabine.

7.1.3.2 - Quanto ao Instituto Técnico credenciado pelo INMETRO ali citado, em nosso Estado, temos o Instituto Tecnológico do Paraná, mais conhecido pela sigla de "TECPAR", que além de autorizar as fábricas de cabines, se incumbe de vistoriar cada unidade fabricada, expedindo o componente laudo, dando-lhe assim, o necessário respaldo legal exigido no parágrafo em questão.

7.1.3.3 - Por outro lado, as fábricas que se dedicam no Estado do Paraná em fabricar "cabine dupla" não são empresas de fundo de quintal, mas empresas devidamente legalizadas, com suporte técnico de elevado gabarito, exigindo investimentos vultosos para o seu funcionamento.

7.1.4 - Já o § 3º, do Art. 1º da Resolução nº 727/89, estabelece:

"§ 3º - Não serão permitidas modificações da suspensão e do chassi de veículo classificado como misto ou automóvel".

7.1.4.1 - Cumpre, ainda, destacar que os casos de troca de cabine simples por cabine dupla nos veículos com motor a diesel não modifica ou substitui suspensão ou o chassi do veículo.

8. - Infelizmente, porém, o Diretor Geral do "DETRAN-PR", Senhor Doutor José Deliberador Neto, entende, como autoridade máxima na esfera de trânsito do Estado, que em razão do óleo diesel ser subsidiado, não irá permitir a circulação de veículos de passeio, assim considerados os de cabine dupla, no Estado do Paraná, mesmo as "Saveiros" já regulamentadas pelo Órgão, cujos "CRV's" foram emitidos indevidamente, tendo ele não só o poder, mas o dever de rever e corrigir seus atos.

8.1 - Indagado em audiência, por este que subscreve o "PARECER", se o "DETRAN-PR" responderia pelos eventuais prejuízos de pessoas que adquiriram os veículos já nessa situação, ou seja, com cabine dupla e a diesel, ele nos assegurou que sim, desde que os interessados ingressassem em juízo e obtivessem ganho de causa.

9. - Acontece, porém, que nos demais Estados da Federação os Diretores dos "DETRAN's" têm dado outra interpretação à Resolução nº 727/89, permitindo que os veículos saídos de fábrica com motor diesel, a exemplo dos "ZERO KM", possam substituir a cabine simples por uma cabine dupla, uma vez que não diminui sua capacidade de carga, nem tem alterados os sistemas de segurança ou chassi.

10. - Constituiu, pois, a medida do Diretor Geral do "DETRAN-PR", instituída através de Ofício Circular nº 03/91 de 28/janeiro/91, numa expressiva redução de empregos e receita aos cofres públicos do Estado do Paraná.

10.1 - Além desse considerável prejuízo à economia do Estado, aquela medida vem provocar em substancial evasão de receita para outros Estados da Federação, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, para onde vão os interessados licenciar seus veículos, principalmente os tipos pick-up ou camionete, com a finalidade de convertê-los em cabine dupla, uma vez que lá a interpretação da Resolução nº 727/89 os favorece e permite essa alteração de característica.

11. - cremos, pois, afinal, salvo melhor juízo, não será necessária a alteração ou revogação da Resolução nº 727/89 do Conselho Nacional de Trânsito "CONTRAN", mas tão somente a revogação do Ofício Circular nº 03/91, de 28/janeiro/91, emanado do Diretor Geral do "DETRAN-PR".



11.1 - Recomendamos, pois, em razão da interpretação errônea da Resolução n° 727/89, por parte do "DETRAN-PR", que se diligencie junto à Secretaria de Estado da Segurança Pública do Estado do Paraná, no intuito de se obter a revogação daquele Ofício Circular n° 03/91, que além de acarretar inúmeros problemas aos proprietários de veículos movidos a diesel com cabine dupla, gerou sensível redução na oferta de empregos no Paraná, assim como reduziu as receitas e provocou evasão de rendas dos cofres públicos.

12. - Relativamente à jurisprudência existente sobre a matéria, onde cada caso é julgado individualmente, pelas características próprias de cada um, o que existe é dos veículos que além de terem seus motores convertidos de álcool ou gasolina para o diesel, procederam substituição de cabine simples por cabine dupla, tendo, na sua maioria, ganho de causa (ANEXOS IX e X).

13. - Sendo o que se nos oferecia, colocamo-nos à inteira disposição para fornecer outras informações adicionais julgadas necessárias ao perfeito entendimento do assunto ora tratado, em cujo parecer procuramos uma exposição sucinta e de fácil entendimento a qualquer pessoa, por mais leiga que seja na matéria".

Sendo o que nos oferecia, colocamo-nos à inteira disposição, são os advogados das associações dos veículos e dos despachantes do Estado do Paraná.

É lamentável, Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando nós tivemos oportunidade de ver estampado também uma matéria na "Folha de Londrina" na segunda-feira, do dia 4/4/91, quando o DETRAN está de olho nas camionetes cabine dupla.

Nós não temos nada a nos opor em relação a conversão de motores. Nós entendemos que se a camionete é a gasolina, ela deverá ser cabinada com o seu motor a gasolina, e assim mesmo, se for movida a álcool, deverá ser cabinada com as características de origem da fábrica.

Nós somos contrários à conversão de motor, uma vez que se o óleo diesel já é subsidiado, mas o que nós queremos colocar perante os Senhores Deputados, é de que a questão levantada, com relação às cabines duplas de origem dos seus motores, deve haver o reconhecimento do novo diretor do DETRAN do Paraná, até invoco na pessoa do Governador Roberto Requião, para nos ajudar nesta empreitada. Nós estamos sentindo a recessão pela qual passa o País, o desemprego a cada dia que passa, as dificuldades em todos os segmentos da sociedade.

Mas, nós esperamos receber do DETRAN do Paraná, a sensibilidade, pelo menos que o DETRAN do Paraná convoque uma reunião com todos os fabricantes de camionetes ca-

bine dupla, para ouvir destes fabricantes as dificuldades que estão enfrentando.

É do nosso conhecimento que a fábrica existente em Cianorte, já nos comunicou várias vezes, que a procura do Estado da Bahia é muito grande e não há nenhum empecilho, por parte do Governo da Bahia, com relação às camionetes cabine dupla.

O que está acontecendo é que nós estamos deixando de recolher impostos no nosso Estado, e ao mesmo tempo deixando de atender a demanda do nosso Estado, para atender outros estados brasileiros, onde não há a impunidade desta Lei.

Faço um apelo, para que estas mudanças sejam analisadas com profundidade, para que não possam falir mais empresas do que as que já faliram neste País inteiro. As falências, concordatas estão aí, todo dia que passa.

Então, nós fazemos este grande apelo para o Diretor do DETRAN, que seja sensível nesta medida.

Concedo aparte ao ilustre Deputado José Durval Amaral.

O Sr. José Durval Amaral - Nobre Deputado, eu apreciava atentamente a sua exposição a quero referendá-la. Estive, pessoalmente, conversando com o Diretor do DETRAN, e fiquei perplexo em razão das suas posições. Sem adentrarmos muito à questão social do fechamento de várias empresas transformadoras de cabine simples e duplas, nós temos visto um desrespeito flagrante ao Estado do Paraná.

Nós, legisladores que somos, não podemos aceitar, em hipótese alguma, que um órgão como o CONTRAN possa fazer leis, possa elaborar leis. As resoluções do CONTRAN não têm valor legal algum. O CONTRAN recebe delegação de poder para baixar resolução, através do extinto Ministério da Indústria e Comércio, o que é um flagrante desrespeito à sociedade paranaense. Principalmente porque os outros Estados da Federação não estão cumprindo esta Resolução do CONTRAN. E somente o nosso Estado, para desespero daqueles que têm indústrias transformadoras de cabines simples e duplas estão se vendo realmente, numa situação bastante difícil, tendo que despedir funcionários, tendo que encerrar a sua atividade comercial, em razão de uma atitude e de uma interpretação errada.

E nós, como Deputados Estaduais que somos, não podemos admitir, em hipótese alguma, a interferência federal, uma interferência desastrosa na autonomia do Estado. Nós, legisladores, inclusive, temos competência para legislar sobre esta matéria. Não podemos aceitar a interferência do CONTRAN e muito menos o emprego desta interpretação errada por parte de uma pessoa que detém o cargo em comissão, o cargo



Obrigado.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, que evidentemente enriquece muito mais a nossa questão, nesta tribuna.

Concedo o aparte ao Deputado Erondy Silvério.

O Sr. Erondy Silvério - Eu também ouvi com muita atenção a explanação de Vossa Excelência. E as resoluções do CONTRAN são normativas. Agora, o bom senso é que deve comandar a execução ou não destas resoluções. Está faltando ao Diretor do DETRAN do Paraná, lamentavelmente, o bom senso. Nós não podemos, a exemplo do aparte anterior, não podemos culpar o CONTRAN. Nós devemos responsabilizar a caturrice, a teimosia do Diretor do DETRAN do Paraná.

Eu acho que Vossa Excelência pode elaborar um projeto de lei, o que é perfeitamente factível, autorizando que o DETRAN do Paraná licencie as camionetes com cabine dupla, isto é matéria de âmbito legislativo do Estado. E eu tenho absoluta certeza que o Senhor Governador sancionará uma Lei desta natureza, porque os prejuízos desta resolução absurda do diretor do DETRAN do Paraná, são imensos, irre recuperáveis. Porque uma fábrica depois de desmobilizada, depois de vendido seu maquinário, de dispensado o pessoal especializado, dificilmente ela se refará em curto tempo. Então é necessário que o Governador do Estado ponha cobro a essa situação que é uma mera teimosia do diretor do DETRAN. Aliás já na administração do Porto de Paranaguá ele era muito teimoso, então ele acha que é o dono da administração pública; não é! É um detentor de um cargo em comissão e que não pode passar por cima dos legítimos interesses da população do Paraná!

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Muito obrigado pelo apoio que recebo de Vossa Excelência e ainda quero lembrar que conversando com o ilustre, competente, Deputado José Tavares, que também esteve à frente do Congresso Nacional, por dois mandatos, ele me dizia que não passou pelo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados, nenhuma Lei votada pelos Deputados e Senadores que regulamentasse esta decisão que está sendo tomada hoje aqui no Paraná.

É lamentável que esta resolução baixada pelo CONTRAN, n° 655/85, venha a ser uma medida, no meu ver juridicamente arbitrária, desde Brasília e aqui também endossando as mesmas conseqüências do Paraná, com esta medida arbitrária!

Eu acho que todas as Leis, reconhecidas pelo Legislativo, que passam tanto pe-

lo Congresso Nacional, pela Câmara dos Deputados e que passam pela Assembléia Legislativa do Paraná, são debatidas, discutidas e aprovadas. Como assim também passam as decisões das taxas do IPVA do DETRAN do Paraná pela Assembléia Legislativa. O que nós não podemos permitir é que uma decisão de um diretor geral do DETRAN do Paraná descumpra a legislação quando não tem o aval do Congresso Nacional, quando não existe o aval da Assembléia Legislativa, que estas medidas sejam tomadas através de resoluções!

O Brasil vive hoje as medidas tomadas pelo Senhor Presidente da República, desconsiderando o Senado e a Câmara Federal e que isso não é o desejo do povo brasileiro. Se existe o Parlamento e se nós fomos escolhidos pela população nós temos obrigação de receber das mãos das autoridades aquilo que devemos julgar no Parlamento, aquilo que é necessário para a população.

Então, confesso, Senhor Presidente e Senhores Deputados que esta medida é injusta ao povo do Paraná, ela é injusta aos empresários do Paraná e eu tenho certeza que é o desejo do Governador Roberto Requião, a fazer justiça pelo Paraná, a se preocupar pelos empresários, pela área de assistência social, e se nós desativarmos estas empresas nós estaremos gerando problemas sociais, no nosso Estado, e eu quero acreditar que isso não haverá de acontecer.

Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. Necessitam de apoio. Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio.- Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em n° de 03 (três), de autoria do Senhor Deputado Nilton Barbosa,

constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento.- Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Erondy Silvério, Rossoni, Geraldo Cartário, Ernani Pudell e Costenaro Neto, na qualidade de líderes do: PMDB, PTB, PRN, PDT, PT e PFL, respectivamente, constante do expediente, solicitando a apreciação e votação em bloco único das Proposições nºs 03, 16, 20 e 26/91, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.- Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Proposição nº 026/91.- Aprovado.

Com exclusão da 26/91 a Mesa submete à votação o requerimento do Deputado Orlando Pessuti e outros Senhores Líderes. APROVADO.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela ordem, Senhor Presidente. Solicito verificação de votação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Pela ordem, Senhor Presidente, solicito chamada nominal.

O SR. ALGACI TÚLIO - Retiro a solicitação de verificação.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 003/91 - VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei nº 260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais. Com PARECER DA C.C.J. FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 398/90

Curitiba, 31 de dezembro de 1990.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 347/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmen-

te, o Projeto de Lei nº 260/89, em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a alienar os bens que especifica, de propriedade do Estado, assim como adotar outras providências. O veto parcial aposto incidiu sobre os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e parágrafo e 7º.

O não acolhimento aos mencionados artigos decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado da Administração, esclarecendo que os mesmos, pela forma como estão expostos, não apresentam condições de perfeita exequibilidade. Também porque tratam de matéria já proposta pela Mensagem nº 104/90, ora em tramitação nessa augusta Casa, em cujo respectivo projeto de lei o assunto é versado de maneira mais técnica e que melhor atende aos superiores interesses da Administração.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 260/89, encontra-se publicado no D.A. nº 86/89, de 10.10.89)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 003/91

P A R E C E R:

A presente proposição veta o Projeto de Lei nº 260/89, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, que autoriza o Governo do Estado a vender as residências oficiais e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador através do Ofício DTL/SAT nº 398/90.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos; e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o veto sem condições de ser apreciado, tendo em vista tratar o projeto de uma mera autorização legislativa, e que não fere qualquer dispositivo constitucional.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição nº 16/91 - VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 242/90,

de autoria do Deputado Valderi Vilela, que autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade Estadual de Ciências, Filosofia e Letras de Bandeirantes. Com PARECER DA C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/N° 49/91

Curitiba, 14 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 398/90, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 242/90, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que "Fica o Poder Executivo autorizado a criar, sob forma de Fundação, a FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS, FILOSOFIA E LETRAS DE BANDEIRANTES, com sede e foro na cidade de Bandeirantes", e adota outras providências.

O não acolhimento da medida em referência decorre de pronunciamentos da Secretaria Especial da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que opinaram contrariamente ao projeto. A primeira examinando-o, assim se manifestou: "Bandeirantes situa-se entre cidades onde o poder público estadual mantém a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Jacarezinho e a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Cornélio Procopio. Criar mais uma instituição de natureza semelhante, no nosso entender, não se justifica, pois representaria duplicação de meios para o mesmo fim e enfraqueceria, em termos de clientela, as instituições já existentes e ainda carentes em muitos aspectos, como por exemplo, a qualificação docente, item fundamental para criação e reconhecimento de Cursos Superiores."

Relativamente à criação das Faculdades de Ciências e Letras e Direito de Pitanga, de Direito de Bandeirantes e Ciências e Letras e Direito de Ivaiporã, aquela Pasta ressalta que pelos estudos realizados "não se constatou em nenhum momento a necessidade de expandir a criação de cursos aí propostos."

De seu turno, a Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, sobre o assunto, asseverou:

"A Lei Estadual n° 9.494 de 21 de dezembro de 1990, referente ao Orçamento Geral do Estado do 1991, não contempla recursos orçamentários para a criação de novas unidades estaduais de ensino superior". Aduzindo ainda, para remate,

que "as instituições sob responsabilidade da administração estadual, estariam, com a criação de 4 novas instituições com um comprometimento muito elevado para garantir a qualidade do ensino no Estado, uma vez que a situação econômica atual, é instável e exige cautela".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 242/90, encontra-se publicado no D.A. n° 41/90, de 14.04.90)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO VETO N° 16/91

P A R E C E R:

A presente proposição veta o Projeto de Lei n° 242/90, de autoria do Deputado Valderi Vilela, que autoriza o Poder Executivo a criar a Faculdade de Educação, Ciências, Filosofia e Letras de Bandeirantes e que foi comunicada a esta Casa pelo Senhor Governador através do Ofício DTL/N° 49/91.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da proposição em tela, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos; e da análise dos argumentos que o Senhor Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o veto sem condições de ser apreciado, tendo em vista ser o projeto uma mera autorização legislativa e não fere qualquer dispositivo constitucional.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA da Proposição n° 20/91 - VETO APOSTO ao Projeto de Lei n° 613/90, de autoria do Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao município de Foz do Iguaçu. Com PARECER DA C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/N° 68/91

Curitiba, 22 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 433/90, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do disposto no § 1º do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 613/90, em razão dos motivos adiantes expostos.

Dispõe o autógrafo que: "Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a doar ao município de Foz do Iguaçu, área de terra situada à rua Jorge Schimmelpfeng, nº 840 no mesmo município, com matrícula nº AV-02/31.806, com área de 3.413 m² (três mil, quatrocentos e treze metros quadrados), com as benfeitorias nele existentes, de propriedade da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, objeto da transcrição encontra-se no Livro 02 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Foz do Iguaçu".

O não acolhimento da medida em referência decorre de pronunciamento da SUREHMA e da Secretaria de Estado da Administração. A primeira, examinando o assunto, assim se manifestou: "Com relação à solicitação de doação de área de terreno pertencente à Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, em Foz do Iguaçu, de que vem tratar, inclusive, o Projeto de Lei nº 613/90, em anexo, manifestamos a Vossa Excelência que somos contrário à concretização da doação, tendo em vista tratar-se de bem imóvel de expressivo valor e excelente localização, que está cedido, em comodato, à Caritas Diocesana de Foz do Iguaçu a qual desenvolve no local atividade de notável alcance social recuperando crianças carentes".

De seu turno, a Secretaria da Administração, através de sua Coordenadoria de Patrimônio do Estado, em informação relativamente a este e outros autógrafos que visavam também doação de imóveis ao Município, manifestou entendimento abrangente a todos no sentido de que: "Considerando-se às edificações que existem sobre os respectivos imóveis que se pretende sejam doados ao Município, considerando-se as ocupações referentes a cada uma das edificações já citadas, as quais para nós, conforme nossos cadastros ainda continuam ocupados por órgãos estaduais, considerando-se também a carência de imóveis próprios estaduais, para instalarem-se diversos órgãos que ainda continuam locando imóveis de terceiros no interior, e considerando-se principalmente que deve ser princípio básico da Administração a prioridade aos interesses da Administração Pública, esta CPE-SEAD, é contrária aos projetos ora apresentados".

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Curitiba, segunda, em 08.04.91

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 613/90 encontra-se publicado no D.A. nº 148/90, de 05.12.90)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 020/91

P A R E C E R:

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, através do ofício DTL nº 68/91 do Gabinete do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, objetiva vetar o Projeto de Lei nº 613/90, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Nereu Massignan, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Foz do Iguaçu, o imóvel que especifica.

Procedida a análise legal, constitucional e regimental da Proposição em tela, notamos a conformidade com o disposto no artigo 71, e seus parágrafos, da Constituição do Estado do Paraná e, 215, e seus parágrafos, do Regime Interno desta Assembléia Legislativa.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça dá seu parecer, declarando que a matéria está em condições de ser apreciada pelo egrégio Plenário, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões em 19.03.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Serão votados em Discussão Única primeiramente o 03/91, o 16/91, o 20/91. Após será votado o 26/91. Favoráveis à manutenção do voto "sim", os contrários "não". O Senhor 1º Secretário procederá à chamada dos Senhores Deputados.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela ordem. Apenas para complementação de informações. Votaremos em bloco o item 1, 2, 3 e 4?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Um, dois e três. O quarto o Deputado Algaci Túlio requereu destaque.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor 1º Secretário procederá a chamada dos Senhores Deputados.

(É feita a chamada para votação).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram 32 Senhores Deputados.

Designo os Senhores Deputados Dr. Rosinha, João Preis e Élio Rusch para comporem a Comissão Escrutinadora.

Votaram 33 (trinta e três) Senhores

Deputados: pela manutenção do VETO 26, pela rejeição do VETO 05, Brancos 1, nulo 1. Está mantido o veto.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 26/91 - veto aposto ao Projeto de Lei n° 602/90, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que proíbe a distribuição, circulação, comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIACÃO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/N°88/91

Curitiba, 31 de janeiro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 004/91, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1° do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 602/90, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que: Fica proibida a distribuição, circulação, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol (álcool metílico) - CH<sub>3</sub>-OH -, no Estado do Paraná.

Sem embargo, dos relevantes fins sociais colimados pelo Projeto de Lei em referência, deixei de acolhê-lo porque não me posso furtar ao dever impostergável de observância estrita aos ditames constitucionais regentes da espécie e nesta perspectiva é-me impossível contornar a inconstitucionalidade que o texto alberga, quando proíbe a circulação de combustível a que tenha sido adicionado metanol, no Estado todo, sem exceção, o que significa impedi-la nas rodovias que interligam o Estado a outras regiões, restando patente neste caso que a matéria regulada foge, evidentemente, à competência do Estado.

Como no sistema constitucional vigente adotado pela atual Carta Magna, inexistente espaço para o veto parcial, dirigido apenas a determinada expressão, impondo-se ao texto integral do artigo, parágrafo, inciso ou alínea (CF/66, § 2°), vejo-me - impossibilitado de vetar apenas a expressão circulação conforme exposto - na contingência de vetar o Projeto de Lei integralmente, sem discutir a validade do mérito que, conforme asseverei, é louvável sob todos os aspectos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

(O projeto de Lei n° 602/90 encontra-se public. no D.A. n° 144/90, de 28.11.90).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
VETO N° 026/91

P A R E C E R:

RELATOR: Deputado Plauto Miró Guimarães.

Trata-se a proposição de veto Aposto pelo Excelentíssimo Senhor Governador ao Projeto de Lei, de autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, que proíbe a "distribuição, circulação, comercialização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado metanol."

Nas razões do Veto, sua Excelência julga meritória a Proposta, entretanto a classifica como Inconstitucional, tendo o dever impostergável de vetar a matéria, o que o fez no prazo previsto no § 1°, do artigo 71, da Carta Estadual.

Instalada esta Comissão de Constituição e Justiça, observando-se o Parágrafo Único do artigo 250, do nosso Regimento Interno, veio a Proposição para Parecer deste Relator, a fim de manifestar-se dentro do prazo legal.

A luz da razão, não se pode negar como louvável a posição do Poder Executivo. Igualmente a justificativa do Deputado autor, pregar a Constitucionalidade.

No entanto, os aspectos que enfocam, Governador e Deputado, não se chocam.

Notícias nos dão conta que casos semelhantes se encontram para decisão final nos Tribunais Superiores da Nação.

Desta maneira, visto que a Proposição obedece na forma os aspectos da Constituição, das Leis e do Regimento, opinamos pela apreciação do mesmo em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

O Senhor 1° Secretário fará a chamada para a Proposição 26/91. Os Senhores Deputados que votarem NÃO rejeitam o VETO, os Senhores Deputados que votarem SIM mantêm o veto.

O SR. 1° SECRETÁRIO (João Arruda) - (Inicia a chamada nominal para a votação.)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Votaram vinte (20) Senhores Deputados. Não há quórum para apreciação do veto e nem para votação das demais matérias constantes da Ordem do Dia.

Está encerrada a discussão do veto 26/91.

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei n° 35/91,

de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que altera o artigo 1º da Lei Estadual nº 9.235, de 30.04.90 (Associação Comunitária Evangélica Canaã): Com PARECER DA C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. nº 13/91, de 06.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 035/91

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado ALGACI TÚLIO, o presente projeto de lei visa alterar o art. 1º da Lei nº 9235, de 30 de abril de 1990 da Associação Comunitária Evangélica Canaã.

Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com as Leis pertinentes não havendo óbice legal à sua tramitação.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do Douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 02.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 57/91, de autoria do Deputado ALGACI TÚLIO, que declara de Utilidade Pública a Ação Social São Martinho de Lima, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. nº 18/91, de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 057/91

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, objetiva o presente plano de lei declarar de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO MARTINHO DE LIMA, com sede nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.ª DISCUSSÃO do Projeto de Lei nº 61/91, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores de Quatis, com se-

de no município de Ipiranga. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. nº 18/91, de 13.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 061/91

P A R E C E R :

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE QUATIS, com sede e foro no município de Ipiranga.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 03.04.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

MÁRIO BEZERRA

Relator

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 073/91, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que concede título de cidadania benemérita do Paraná ao Sr. Pedro Muffato, desportista e empresário do município de Cascavel. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Encerrada a discussão. (Publ. no D.A. nº 19) (de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 073/91

DE AUTORIA DO DEP. CAÍTO QUINTANA

P A R E C E R :

Trata o presente projeto de Lei da concessão de título de Cidadão Benemérito do Paraná, ao Sr. Pedro Muffato, empresário, desportista, ex-Prefeito, ex-Presidente da Câmara Municipal de Cascavel e ex-Prefeito daquela localidade.

Pela análise do currículo do Sr. Pedro Muffato, acostado ao Projeto de Lei, verifica-se que o mesmo preenche, de forma inequívoca, os requisitos exigidos pela Lei nº 5638/67.

Assim, somos de parecer favorável à concessão do título de Cidadão Benemérito ao Sr. Pedro Muffato.

Sala das Comissões, em 02.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

DURVAL AMARAL - Relator.

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 011/91, de autoria do Deputado Artagão Mattos Leão, que altera o memorial descritivo contido no artigo 1º da Resolução nº 151/90. Com PARECER DA C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIÇÃO PELO PLENÁRIO. Encerrada a

discussão. (Publ.no D.A.n° 09, de 26.02.91).

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 20/91, de autoria do Deputado Élio Rusch, que autoriza a realização de plebiscito no município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do município de Pato Bragado. Com PARECER da C.C.J., FAVORÁVEL À APRECIACÃO PELO PLÊNÁRIO. Encerrada a discussão (Publ.no D.A. n° 16 de 11.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 020/91

P A R E C E R :

De autoria do nobre parlamentar Élio Rusch, o presente Projeto de Resolução visa autorizar a realização de plebiscito no município de Marechal Cândido Rondon, para que a população decida sobre a criação do município de Pato Bragado.

O projeto encontra-se em consonância com o disposto no Art. 19 da Constituição Estadual, nos arts. 236, 237 e 238 do Regimento Interno desta Casa e ainda na Lei Complementar n° 56/91, estando portanto em conformidade com a legislação pertinente, não havendo óbice legal à sua tramitação.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 02.04.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;  
EMÍLIA BELINATI - Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n° 639, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 607, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 631, de autoria da Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 635, de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 629, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 623, 624, 625, de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 617, 616 de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n° 603, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 605, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 622, 626, 645 de autoria do Sr. Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 636, 637, 638, 640, de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 632, de autoria do Sr. Deputado Ernani Pudell, constante do expediente. À Comissão Executiva, através do Sr. Presidente.

O Sr. Presidente marca sessão para amanhã com o veto n° 26 e mais os projetos de lei constantes da pauta da Ordem do Dia de hoje.

Inclua-se na pauta, amanhã, o Projeto de Lei n° 10/91.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, pela ordem.

Na sessão de ordinária de 4 de março, então presidida pelo Deputado Algaci Túlio, nós solicitamos à Mesa que houvesse um levantamento por parte da Assessoria da Casa sobre o cumprimento pelo poder público estadual e preconizado no parágrafo segundo do art. 27 da Constituição do Estado, relativo a gastos, publicação de gastos com publicidade. Até o momento não obtivemos respostas desta solicitação, de forma que quero solicitar a Vossa Excelência se foi realizado ou não este levantamento e tomadas as providências necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O requerimento foi por escrito?

O SR. ERNANI PUDELL - Foi verbal, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Então, a Mesa solicita a Vossa Excelência que o faça...

O SR. ERNANI PUDELL - Só para esclarecer, Sr. Presidente. Na ocasião o Deputado Algaci Túlio disse o seguinte, e tenho aqui o Diário da Assembléia: "A Mesa recebe a sua manifestação e informa que já dois pedidos de informação que serão encaminhados agora à Comissão de Justiça, já constituída, para que, evidentemente, pos-



sa dar o seu Parecer e trazer ao plenário o resultado desse pedido."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai encaminhar novamente o requerimento, mas solicita a Vossa Excelência que o faça por escrito, amanhã, para que faça parte do Ofício que nós vamos endereçar ao Governador do Estado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, esta Liderança solicita a Vossa Excelência que estabeleça entendimentos com a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça no sentido de que possamos liquidar de uma vez por todas a questão dos vetos pendentes de apreciação deste Legislativo. Temos ainda cerca de uns dez vetos que estão sendo distribuídos aos Srs. Deputados e que não foram ainda arquivados pela CCJ e nem enviados à Mesa para apreciação do plenário. Solicitamos, então, que Vossa Excelência encareça ao Presidente para que na sessão de amanhã da Comissão de Constituição e Justiça possam estes vetos serem apreciados a nível daquela Comissão para serem arquivados ou enviados a plenário para que possamos discuti-los e resolver de vez o assunto.

Queremos também nesta oportunidade registrar com satisfação a presença do Deputado Eurides Moura, da cidade de Rolândia que tão logo se concretize a renúncia do Deputado Artagão Mattos Leão para assumir a sua função de Conselheiro junto ao Tribunal de Contas, será empossado neste Poder Legislativo. Ao Deputado Eurides Moura os votos antecipados de pleno êxito e sucesso em favor da região Norte e de todo o Estado do Paraná.

O SR. FLORISVALDO FIER (Pela Ordem) - Sr. Presidente, nós solicitamos, eu e o

Curitiba, segunda, em 08.04.91

Deputado Ovídio, CPIS na área da Saúde e do BADEP. Queremos consultar Vossa Excelência se as lideranças dos demais Partidos já indicaram os nomes para estas CPIS.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Por enquanto só a Bancada do PT indicou.

O SR. FLORISVALDO FIER - Então queremos tomar a liberdade de solicitar às demais lideranças que agilizem em caráter de urgência a indicação destes nomes porque em nosso entender já está bastante tarde e nós queremos trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transmito o apelo do nobre Deputado Doutor Rosinha às demais lideranças.

A Mesa anuncia a presença na nossa Casa, com muita honra, do Senador Henrique Almeida.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcado outra para treça-feira, dia 09, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 026/91.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 35, 57, 61 e 73/91.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução nºs 11 e 20/91.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 22/90.

Levanta-se a sessão.